



ATA N.º 18/XII-1º/2017-18

1 - Aos 21 dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, pelas 21H15, nas instalações da Associação Cultural Desportiva da Quinta do Bau Bau, sita na rua Francisco Martins, Lotes B/C, na Sobreda, realizou-se a primeira Reunião da Sessão Ordinária de setembro de 2018 da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

1- Período de Intervenção dos Cidadãos

2- Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

Continuação da agenda

3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Nomeação de auditor externo, responsável pela certificação legal de contas para prestação de serviços de Auditoria, Revisão e Certificação Legal de Contas do Município por Auditor Externo” - Retificação.

3.4 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Elisabete Peres Pereira; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; João Eduardo Alves de Moura Galdes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; Augusto António Brinquete Proença; Marina Alexandra Pereira Lopes; Sónia Raquel Mota Faria; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Inês Pizarat Correia Bom; José António Espírito Santo Rocha; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; Sandra Branco Duarte de Jesus Moço; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Teresa Paula de Sousa Coelho e José Ricardo Dias Martins.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4.1 – Do Senhor Presidente procedendo ao anúncio das comunicações do/as Senhores/as Deputados/as Municipais Ana Salvado (PS), Vanda Lima e Silva (PS), Débora Rodrigues (PS), Bruno Dias (CDU), Carlos Revés (CDU), José Alberto Lourenço (CDU) e Sílvia Sousa (PSD) informando da impossibilidade de estarem presentes nesta reunião e solicitando a sua substituição.

4.2- Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse Pedro Miguel Dias Pereira (PS) por impedimento de Sérgio Faria Bastos, Carina Manuela Rocha Sousa (PS) e André Macedo Ferreira (PS); tomaram ainda posse Mara Rita Martins (CDU), por impedimento de José Gabriel Guiomar Joaquim; António José Olaio da Silva (CDU) por impedimento de Jorge Miguel Oliveira Feliciano, Mário José de Susa Pedroso e Andreia Sofia Fernandes Egas; António Abrantes de Almeida (CDU) por impedimento de José Augusto Tavares Oliveira e Joana Tavares Reis Raposo.

4.3 – O Senhor Presidente da União de Freguesias de Charneca da Caparica Sobreda, Pedro Matias (PS) comunicou a impossibilidade de estar presente na reunião, sendo substituído pela eleita Alda Fidalgo; o Senhor Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó, Luís Palma (CDU) comunicou a impossibilidade de estar presente na reunião, sendo substituído pela eleita Anabela Matos Tavares; o Senhor Presidente da União de Freguesias de Almada Cova da Piedade Pragal e Cacilhas (PS) comunicou a impossibilidade de estar presente na reunião, sendo substituído pela eleita Ilda de Lourdes Garret.

4.4 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

4.5 – O Senhor Presidente informou ainda a Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença do Senhor Vereador Rui Jorge Martins em substituição da Senhora Vereadora Amélia Pardal, e do Senhor Vereador Luís Filipe Pereira em substituição da Senhora Vereadora Joana Mortágua.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Múncipes;

Referir que as reuniões da Assembleia Municipal são reuniões públicas. E, sendo reuniões públicas, são também transmitidas em *streaming*. Nós temos repórteres de imagem que permitem a transmissão em *streaming* da reunião. E, portanto, a imagem e a identificação dos cidadãos que intervêm na Assembleia Municipal passam a ser de conhecimento público. Por isso, se os senhores/as múncipes que pediram a palavra tiverem problemas que pretendam apresentar, mas não queiram que a sua imagem seja revelada



através destes meios, podem fazê-lo da seguinte maneira: ou podem colocar a questão por escrito dirigida ao Presidente da Assembleia, que dará sequência da questão, ou podem pedir uma audiência ao Presidente da Assembleia, que terá todo o gosto de receber os munícipes que não queiram expor a sua situação de forma pública.”

5.2 - Usou da palavra a Senhora Munícipe Maria Joaquina Simões.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Ontem, com a emoção dos “Peixinhos da Horta”, não tive tempo de me inscrever para vos poder cumprimentar e agradecer e dizer da honra que é para a Associação Cultural e Desportiva da Quinta do Bau Bau, poder receber a Assembleia Municipal no nosso espaço. Não é por acaso, que nós, nestas circunstâncias, pomos as nossas bandeiras. Porque nos sentimos, nestes dias, o centro do Poder Local Democrático. Aqui está a Assembleia Municipal, o Executivo e todas as Juntas de Freguesia representadas.

Agora vou ser breve porque o tempo é pouco e as razões muitas. Mas fica o enunciado, tal como nos nossos tempos de escola, o Professor lia sempre o sumário e eu vou deixar o meu sumário e pedir que depois possamos desenvolver cada um destes temas em sitio próprio e fica apenas a lembrança.

Um pedido, um recado. Esta rua Francisco Martins é uma rua de sentido único. Por favor não façam a inversão de marcha, porque os habituais, os moradores, entram fora de mão porque sabem que não virá ninguém a descer. E felizmente até hoje, não houve qualquer toque, queremos que vão todos felizes para casa.

Depois um grande pedido. Eu odeio beatas, e tendo nós tanta preocupação com o ambiente, à saída da porta, está um prato de vaso para as beatas. Nós hoje, com a ajuda da Carmelinda, apanhamos, dezenas e dezenas de beatas espalhadas por todo o lado. E, pensava eu, será que isto são os Deputados Municipais? Aqueles que tomam decisões sobre o ambiente, sobre a nossa vida, e que fumam e fazem lançamento? Espero que não, prefiro pensar que foi só o público.

Rua Vasco Amaral. É a rua que subindo esta e que se tem que descer, fica entre a urbanização e a EDP. É uma rua que como poderão ter reparado, e é bom que reparem porque algumas pessoas não repararam, não tem saída para a Estrada Nacional 10/1, o que leva as pessoas a seguir em frente. Por acaso nenhum caiu lá, porque desvia a última hora e bate no lancil e fica travado. Eu só falo de histórias muito antigas, quase tão velhas como eu. Muitas vezes o pedimos à Câmara Municipal, eu já não tenho novidades. Por enquanto quero tratar das que estão pendentes. Disse até uma responsável pelo trânsito, é muito fácil, poe-se uma faixa fluorescente, que dá logo sinal ao condutor de que não tem saída em frente. É tão simples, porque se não faz? A entrada e saída, porque quem veio da Estrada Nacional 10/1, ou volta para a Estrada Nacional 10/1, vê que a entrada é antecedida por duas curvas, o próprio sinal “50” de limite de



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

velocidade é tão envergonhado que ninguém o respeita. E então confrontamo-nos com nós que saímos sempre de um stop, sermos sempre os culpados mesmo que o outro venha a 120 Km. O polícia nunca fez sequer uma ação de intervenção que pudesse moralizar, fazer um alerta. Portanto espero que a entrada da Quinta do Bau Bau, para a Estrada Nacional 10/1, possa ter uma solução, que pode ser aquele semáforo que puseram na estrada de Vale Figueira, e que me parece que resultou bastante bem. Faz de limite de velocidade, e permite entrar e sair com segurança.

Depois vou vos falar desta casa, que é o nosso orgulho, o nosso trabalho, que falta pouco, mas os poucos para nós são sempre peças difíceis. Falta-nos o telhado, mas o telhado, nós tivemos sempre o sonho da energia solar. Temos uma exposição de todo o sol diário, e queríamos uma solução. Sei que o Senhor Vereador Nuno Matias, já está disponível para connosco trabalhar nesse aspeto. Tivemos um acréscimo de despesa, porque tivemos que tratar da saída das águas pluviais, havia uma hipótese para este lote que não foi aceite pelo proprietário, e, portanto, tivemos que entrar noutra solução mais cara e mais difícil. Mas sei que, com certeza, agora depois de terem visto a nossa casa, será mais fácil se falar sobre ela e arrumar as pequenas coisas que estão por acabar.

O IMI, que agora temos o CIMI. Como é que a Câmara nos pode ajudar a resolver esta questão difícil, de pagarmos um imposto municipal, de um terreno que continua a ser municipal, que nós trabalhamos para construir nesse terreno municipal, com a ajuda da Câmara é verdade, mas 50% do que aqui foi gasto, foi angariado, foi trabalhado para a Associação. E custa tanto, agora então com este complemento de 880.73€ (oitocentos e oitenta euros e setenta e três cêntimos) por ano, acrescido aos 783€ (setecentos e oitenta e três euros), eu já pus o assunto à consideração das coletividades, porque acho que o assunto não é cada um a tentar tratar por si, mas gostávamos que a nossa Câmara e porque somos muitas associações, que realmente nos pudesse ajudar a resolver essa situação tão injusta de andarmos a receber dois, três donativos e depois dizer: “Olha já nos ajuda a pagar o IMI.”

Convidá-los a todos porque costumamos convidar e quem está presente e não dispomos do email para poder informar, para além de outras coisas que nós fazemos e que achamos que tem interesse, temos as nossas Tertúlias. No último domingo de cada mês, com exceção deste que terá que ser ao sábado, nós fazemos uma Tertúlia sobre temas muito variados, desde segurança, ao genoma, desde o estado de saúde da Ribeira da Sobreda, aos monumentos de Almada, enfim, já vamos 23ª Tertúlia.

A última que foi sobre o estado de saúde da Ribeira da Sobreda, a Senhora Dr.ª Silvia Sousa participou nessa Tertúlia, foi uma presença muito importante, ficamos com a Dr.ª Paula Cheinho, é um projeto que tem muito interesse para o ambiente, e que reporá de certeza a principal linha de água, que atravessa o



Concelho de Almada, de saúde e com a sua fauna e flora, que na minha infância conheci, e também não sou assim um dinossauro.

Ainda sobre a Sobreda. O património. Quem passa se calhar pensa que não há nada, mas ainda há uma geração que se lembra e sabe a história da Sobreda, das suas profissões, das suas vivências, e aquela escola primária que para muitos é um monte em ruínas. Ela é como eu sou, resistente. Já lhe fizeram de tudo, deixaram que o telhado infiltrasse, e acham sempre que ela cai no próximo inverno, mas ela mantém-se ali de pé, à espera de ter um destino digno. Foi a escola primária que abrangeu desde Vila Nova, Vale Figueira, Urraca, era a única escola primária. Foi o Senhor António Piano Júnior, que a restaurou, que lhe deu qualidade, deu-lhe uma casa de banho que era uma coisa que ninguém tinha, e foi um pasmo, uma escola com casa de banho, e desde a geração da minha mãe à minha e por aí fora, ali todos aprendemos e foi ali a escola de toda a gente. Depois do 25 de Abril, foi ali que fizemos a alfabetização, aquela escola está cheia da história, da cultura, daquilo que aprendemos, do caminho que abrimos, nós gostávamos, o nosso sonho dos que ainda resistimos, e já sou quase a geração sobrevivente, é que ela fosse, porque é pequena, dizem-nos que é pequena, nós também somos pequenos, o museu da memória. Nós temos máquinas de costura do tempo em que a costura para Lisboa, era quase toda feita aqui na nossa região. Até as fardas da legião, que nós chamávamos piolho verde e nem sequer sabíamos para o que era, era o piolho verde, até o vinho, o azeite, ainda há esses artefactos, ainda há quem ofereça, ainda há documentos. E, portanto, nós gostávamos que o Executivo agora instalado, e com seu novo organograma, nos pudesse enfim, dar esses diferentes apoios.”

5.2 - Em resposta à Senhora Múncipe, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Vereador João Couvaneiro.

5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Um cumprimento muito caloroso à D. Maria Joaquina, voltando a agradecer a receção que nos deram ontem, as alegrias que nos deram ontem, os belíssimos textos, as belíssimas músicas, e felicitar os “Peixinhos da Horta”, que em boa hora, por boas razões que me contaram ontem, se passaram a chamar Peixinhos da Horta.

Relativamente às questões que a Senhora D. Maria Joaquina levantou, a questão dos cinzeiros, eu sou uma militante, eu sei que isto está a ser transmitido não devia, eu sou fumadora confesso, mas uma militante anti beatas. Graças aliás, aos meus filhos que não me deixam deitar uma beata para o chão e, portanto, junto-me à sua voz de fazer um apelo a todos os fumadores, não atirem beatas para o chão. E



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

como ainda por cima estamos num sítio onde felizmente há um cinzeiro, que também às vezes escasseiam, aproveitem o cinzeiro e não atirem beatas para o chão, não posso estar mais de acordo.

Relativamente às questões da sinalização e da sinalética, fica o registo, D. Maria Joaquina, espero poder dar-lhe uma resposta em breve, eu ou a Divisão de Trânsito e Mobilidade, espero que rapidamente se possa resolver. Ou pelo menos dar uma explicação que seja por todos reconhecida.

Relativamente ao IMI. Honestamente, eu não vou falar da questão do IMI, será certamente uma questão muito debatida na altura do orçamento, também não vou neste momento falar.

Relativamente à escola. Já me tinham assinalado a questão da escola, penso que está a falar daquela escola que está junto dos Zagallos. Confesso que não estou totalmente inteirada da situação da escola, sei que é propriedade da Câmara, mas é a Junta de Freguesia que está a utilizar. Se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal me permitir cederia a palavra ao Senhor Vereador João Couvaneiro, que conhece melhor o dossier da escola, e que poderá dar uma melhor informação.”

5.2.2 – O Senhor Vereador João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para dar nota relativamente a essa escola que, tanto quanto temos conversado com o Senhor Presidente da Junta da Charneca e Sobreda, a escola sendo propriedade da Autarquia tem estado a ser utilizada pela Junta de Freguesia para guardar lá um conjunto de coisas. Naturalmente é um espaço de património que tem essa carga simbólica de ter sido espaço de instrução, de aprendizagem, de muitas crianças que hoje já têm alguns cabelos brancos, mas que guardam ainda essa memória do lugar e aquilo que ela teve de importante. Tanto quanto sei, o Senhor Presidente da Junta está muito comprometido e muito interessado em reabilitar o espaço. Ele faz parte de um núcleo que não pode deixar de ser considerado juntamente com os Zagallos, que fazem parte de um núcleo importante do nosso património, e aproveito para dar nota que neste momento em função de uma pressão muito grande sobre a rede escolar, nós andamos a equacionar outros espaços, parece-nos que aquele não terá condições para voltar a ser um espaço escolar porque teve outras características, num outro período em que a constituição de uma escola tinha um determinado contorno, que hoje já não é exatamente o mesmo, ainda assim é um espaço que merece ser requalificado, sobretudo como espaço de memória para todos os habitantes da Sobreda.”

5.2.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



12

Muito brevemente agradecer à Senhora D. Maria Joaquina as questões que pôs e que tomamos boa nota, e desejar obviamente as maiores felicidades aqui para este espaço e para a Associação.”

6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

6.1 – Entrou-se no ponto 3.3 da agenda relativo a Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Nomeação de auditor externo, responsável pela certificação legal de contas para prestação de serviços de Auditoria, Revisão e Certificação Legal de Contas do Município por Auditor Externo” - Retificação (anexo 1).

6.1.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relembrar os Senhores/as Deputados/as que esta proposta é uma retificação, e além de ser uma retificação, devo esclarecer, que ela integrou a agenda e foi distribuída a título condicionado, porque na altura ainda não tinha sido aprovada em reunião de Câmara, mas sendo urgente integrou a agenda a título condicionado e tendo sido aprovada na última quarta-feira, está em condições, se não houver nenhuma objeção, de poder ser discutida e votada.”

6.1.2 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tal como o Senhor Presidente da Assembleia disse, trata-se de uma retificação na designação da empresa ROC – Revisores Oficiais de Contas, que ganhou aliás o concurso público para estas funções. Trata-se apenas de alteração do nome Salgueiro, Martins & Associado, SROC, LDA., passará a chamar-se apenas Salgueiro & Associado, ROC, LDA. É uma questão interna, mas a natureza da empresa não se alterou, o número fiscal não se alterou, as condições não se alteraram, portanto, é meramente uma retificação, penso que não há muito mais a apresentar do que isto e obviamente esperamos que seja aprovada.”

6.1.3 - Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação tendo a proposta sido aprovada por unanimidade.

6.2 – Entrou-se no ponto 3.4 da agenda relativo a Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal;

6.2.1 – Para apresentar o documento usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como é hábito e obrigação, uma informação intercalar das atividades dos serviços municipais, penso que todos têm o Relatório, que obviamente não vou aqui detalhar, porque é muito extenso. Quero, no entanto,



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

deixar duas ou três notas antes de passar a palavra aos Senhores Vereadores, para uma breve apresentação de cada uma das suas áreas, e depois eu própria falar também ao nível das contas.

Quero deixar aqui duas notas naquilo que é a Direção Municipal de Administração Geral e Finanças, que como sabem tem a seu cargo um evento maior do nosso Concelho, que é o Festival Sol da Caparica. E dizer que ainda não temos os dados finais, mas já sabemos que a edição deste ano do Festival Sol da Caparica, bateu todos os *records* o que muito nos alegra, de frequência de público e de satisfação também desse público.

Quero também dar nota relativamente à nossa atividade, sobre o facto de todo o trabalho preparatório para o Portal da transparência já estar praticamente concluído. Acredito que até ao final do mês ou do início do próximo mês, poderemos já disponibilizar o Portal da Transparência.

Quero também, no que diz respeito às áreas por mim tuteladas, da cultura e da comunicação, assim como o protocolo, vou relembrar de alguma maneira aquilo que foram as grandes atividades destes meses, e que são como sempre e felizmente, atividades transversais aos vários serviços. Portanto, desde o Mundialito de Futebol de Praia, que foi organizado pelo Departamento do Desporto, as Marchas Populares, as festas da Casa da Cerca, a homenagem aos trabalhadores da Câmara Municipal, e dos SMAS, que este ano foi no Parque Urbano da Costa da Caparica. Lembrar também o ciclo de música do Convento dos Capuchos, assim como algo que correu particularmente bem que é o Almada Portas Abertas, assim como os Sabores de Almada. Mas depois deixarei a Senhora Vereadora Francisca Parreira, falar com mais detalhe a campanha que lançamos relativamente ao abandono dos animais, no sentido de tentar dissuadir o abandono dos animais.

Como sabem a homenagem aos trabalhadores foi feita em simultâneo com as comemorações do Dia da Cidade.

Relativamente também, a algo que optamos por introduzir nestes relatórios e que tem a ver com o Gabinete da Presidência em particular e os contactos que foram feitos durante estes meses, quero salientar alguns dos encontros que me parecem mais relevantes.

Um foi a reunião com o Conselho de Administração do Arsenal do Alfeite, na perspetiva de podermos apoiar e colaborar, vamos ver em que medida, com a intenção de retomar, ou voltar a dar um destino à escola do Arsenal do Alfeite, que é tão importante e que é um espaço tão emblemático para Almada, mas sobretudo está plenamente equipado, em ótimas condições, e que nos parece um desperdício estar fechado. Sobretudo que todos os dias estamos a perder saberes muito especiais daqueles trabalhadores e alguns estão quase a chegar ao final da carreira e que gostariam de poder transmitir esses saberes. Quero deixar aqui nota, que transmiti à Administração do Arsenal do Alfeite que o Município estaria



sempre disponível para os apoiar num projeto que viessem a elaborar em colaboração obviamente com o Ministério da Educação.

Quero deixar aqui uma nota também sobre a reunião que tivemos com a Delegação de Almada da Ordem dos Advogados, no sentido de arranjarmos um espaço, como sabem a Ordem dos Advogados de Almada, tem um protocolo com a Câmara Municipal, para fazer atendimento gratuito ao público. Vieram salientar, e nós temos que reconhecer, que o espaço onde está Ordem dos Advogados para atendimento ao público, é difícil, porque não só tem poucos transportes, mas sobretudo tem vãos de escada muito difíceis e a Ordem dos Advogados alertou-nos para o facto, que muitas das vezes as pessoas não vinham ao atendimento por dificuldade de acesso, e, portanto, ficamos de encontrar um espaço onde a Ordem dos Advogados possa fazer esse atendimento ao público, que consideramos que é um serviço público essencial, e desta forma dar corpo àquele que é o protocolo que temos com a Ordem dos Advogados.

Quero também relembrar as questões primordiais, as reuniões que foram tidas no seio da Área Metropolitana de Lisboa, relativamente aos novos contratos de concessão, do modo rodoviário, dos autocarros, que é aquele que mais nos mobiliza neste momento, deixar aqui uma nota do consenso que foi encontrado na Área Metropolitana de Lisboa, onde estão dezoito Municípios para a criação de um passe único, e desta forma podermos dar aos nossos munícipes, que se têm que deslocar, permitir uma imensa economia, naquele que é um dos maiores encargos, das pessoas nas suas deslocações, que aliás, eu até considero que em muitos casos põe em causa um direito fundamental que é o direito à mobilidade.

Tivemos também reuniões com todos os operadores presentes no Concelho, também já para a questão do desenho da rede atual, mas sobretudo futura, porque ao mesmo tempo que fazemos a questão do tarifário e da bilhética, temos que olhar para a nossa rede. Almada tem no papel uma excelente rede de autocarros, mas como não há frequências, é uma rede que se fica pelo desenho. Ou seja, ela está lá, mas quando só há um autocarro de manhã e outro ao fim do dia, não se pode considerar que seja um serviço público competente. Portanto, nós temos estado, de facto, em reuniões com todos os operadores, lembrando os operadores que as condições que nós vamos pedir e impor, no caderno de encargos, que está a ser centralizado na Área Metropolitana e muito bem, mas que nós Almada, temos que fazer a nossa parte, nalguns casos poderá haver acerto de carreiras, mas a questão fulcral, é aumentar a frequência dessas carreiras. Depois teremos certamente a ocasião de falar de mais em detalhe uma vez que esteja finalizado todo este projeto, que é um projeto longo, pesado, complexo. Mas permitam-me que diga que, nós temos, de facto, uma série de carreiras de transportes, às vezes redundantes, que fazem exatamente o mesmo trajeto, e até nos interrogamos, porque que é que elas ainda existem, porque é que não se fundem, mas a condição de se fundir é para aumentar as frequências e não para diminuir. E, sobretudo para não fazer, se me permitem o lado mais prosaico, fazer de conta, que há uma cobertura do território



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

quando na realidade não há. Não há e sobretudo não há uma cobertura que possa ser útil e realmente eficaz, para as pessoas de Almada. Claro que as zonas mais complicadas, são as zonas de limite. Estamos a falar obviamente da Fonte da Telha, e estamos aqui na Sobreda, e a oferta de transportes na Charneca de Caparica Sobreda deixa muitíssimo a desejar, e faz com que a maior parte das pessoas não tenham outra solução senão recorrer ao transporte individual, quando o têm e quando têm meios para isso.

Na Área Metropolitana de Lisboa, permitam-me então ainda lançar aqui uma questão, que nos interpela a todos. Que é, muitas vezes diz-se, como é que é possível, que nos anos mais difíceis da crise, a utilização do transporte individual tenha aumentado. É muito simples, é porque é mais barato utilizar o transporte individual, muitas vezes sobretudo, para quem vive nas zonas mais longínquas da Área Metropolitana de Lisboa, ou mesmo aqui em Almada, que é o Centro da Área Metropolitana de Lisboa, do que andar de transportes públicos. E essa realidade todos os Municípios a reconhecem, e todos os Municípios estão empenhados num consenso que é precioso, realmente precioso e que muito nos alegra para resolvermos e por fim termos um passe intermodal único com duas tarifas, uma só para a zona de Lisboa e depois sobretudo mais importante, com uma tarifa única para toda a Área Metropolitana de Lisboa. Ou seja, de Sintra até Setúbal é a mesma tarifa.

Por fim, quero também dar nota aqui, de um projeto que está a ser elaborado, juntamente com o magnífico Reitor da Universidade Nova de Lisboa, que muito nos alegra, que muito em breve iremos apresentar, e que poderá representar a verdadeira reabilitação do Presídio da Trafaria, de que tanto falamos durante a campanha, de que tanto falamos desde o início do nosso mandato, que é uma joia que temos no nosso Concelho, e que não pode continuar a estar no estado de decadência e de abandono em que se encontra.”

6.2.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Daniel Sobral CDU), Margarida Lourenço (PS), Vítor Castanheira (PS), João Geraldês (CDU), Carlos Guedes (BE) António Pedro Maco (CDS-PP) António Macedo (PS), José António Rocha (BE) Sandra Duarte (PSD);

6.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Sobral CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No âmbito da 2ª comissão os dirigentes da Associação de Coletividades do Concelho de Almada, fizeram-nos chegar um retrato preocupante sobre a alteração substancial nos apoios ao Movimento Associativo Popular.

Por parte da Senhora Presidente já houve alterações neste processo de relação com o Movimento Associativo Popular? E no rumo destas opções que têm dificultado o normal funcionamento do plano e



ações dos clubes, coletividades e outros agentes do tecido associativo nas áreas culturais, recreativas e desportivas?

Por outro lado, tomámos conhecimento, através de comunicado publicado pelo Centro de Arqueologia de Almada, dos profundos constrangimentos atualmente colocados ao desenvolvimento da sua atividade. O que pensa fazer o Executivo da Câmara Municipal, para salvaguardar o normal funcionamento desta instituição? Instituição esta, que desenvolve investigação, valoriza e preserva o património histórico e cultural, de reconhecido interesse, que vai para além das "fronteiras" do Município?

Senhora Presidente, não sendo matéria abordada na 2ª Comissão, tem-se vindo a falar, no entanto, com insistência, sobre um problema que estará a afetar o Ginásio Clube do Sul, nomeadamente no que respeita a uma hasta pública, sobre o direito de superfície cedido pela Câmara Municipal, e relativo ao terreno onde se encontra instalado o pavilhão e a sede do clube.

Senhora Presidente da Câmara Municipal, pode-nos dar alguma informação concreta sobre este assunto?"

6.2.2.2 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Neste período da Ordem do Dia de análise da Atividade Municipal, gostaria de fazer uma referência que eu acho que é importante, que foi efetivamente uma iniciativa realizada por este Executivo Camarário, de um tema que ultimamente até tem tido algum mediatismo, mas que nem sempre tem a atenção devida. E eu acho que este Executivo está, de facto, de parabéns pela excelente campanha que fez de sensibilização contra o abandono dos animais, que foi uma campanha que, de facto, teve um impacto muito grande em todo o Concelho, que é um flagelo que todos nós, não só o Concelho de Almada, mas todos os concelhos, principalmente concelhos urbanos, com grande densidade populacional, que têm grandes dificuldades. Porque depois também não há centros de recolha com capacidade suficiente e, portanto, cada vez mais estas campanhas de sensibilização são essenciais, juntamente obviamente, com outras iniciativas. E referir também a questão que ontem foi colocada pela Senhora Deputada Municipal do PAN, Sandra Duarte, na moção que apresentou, que tem exatamente a ver com a questão da esterilização, que terá, na nossa perspetiva, de possivelmente ser o caminho. Porque não é possível fazer uma recolha constante de todos os animais que são abandonados diariamente, e muito principalmente nestas épocas de férias, nestas épocas de verão. E, portanto, dar os parabéns a este Executivo, por ter trazido para a linha da frente uma tão importante campanha, e ter-lhe dado a visibilidade que nunca tinha sido dada neste Concelho.

A segunda questão que eu quero referir e perguntando também ao Executivo, todos nós sabemos que as cidades têm, e os territórios, digamos assim, têm dinâmicas diferentes, têm uma dinâmica própria que



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

trazem alterações constantes aos territórios, e no que respeita às questões da economia local, muitas vezes esse acompanhamento e essas alterações que são necessárias, estar constantemente atento àquilo que são as mudanças de hábitos, as mudanças socioculturais, as mudanças de preferência, daquilo que são as populações, para não permitir também, que parte do comércio tradicional, tenha grandes dificuldades, como teve de há uns anos para cá, e que de alguma forma continua a ter. É claro que o comércio tradicional nunca será aquilo que foi no passado. O comércio tradicional terá de se reinventar, e cabe também àqueles que são os gestores do território, ter estratégias próprias, para que os comerciantes, e principalmente os pequenos comerciantes, se consigam adaptar a estas novas realidades, a estes novos hábitos urbanos que cada vez mais aparecem. E um exemplo disso, e o nosso território é de facto um território muito rico, não só em termos de diversidade do próprio território, mas também da sua população, e há espaço para muito tipo de experiências e de soluções diferenciadas. E um bom exemplo disso é o Mercado da Romeira. O Mercado da Romeira que abriu recentemente, não existia nada parecido aqui no Concelho de Almada, e o que é facto é que desde a sua inauguração, é um sítio que está constantemente cheio, sempre com muita gente, muita animação, seja fim de semana, ou dia de semana. E, portanto, esta dinâmica também é necessária que a própria gestora do território, neste caso a Câmara Municipal, consiga dar alguma dinâmica e ajudar efetivamente a mudar e alterar o território. E, como tal, gostaria de perguntar ao Executivo e à Senhora Presidente de Câmara, que medidas é que estão a tomar neste sentido, até porque, estas estratégias de alteração de paradigma naquilo que é o tecido económico e a dinâmica económica do nosso território, são estratégias que não são imediatas, mas que tem que se começar a fazer. E é esse começo, eu sei que a Senhora Presidente está sempre a puxar por ele, e estou certa que, para além de conhecer grande parte das suas ideias obviamente, até antes de ser Presidente de Câmara, estou certa que é uma das suas prioridades e, portanto, questioná-la, exatamente, o que é que tem feito nesse sentido.”

6.2.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Vítor Castanheira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Gostava de começar por cumprimentar a Câmara Municipal pela qualidade do documento que apresenta, porque de facto, é a tradução daquilo que foi a atividade, não meras impressões ou projeções daquilo que se pretende fazer.

Depois gostaria de trazer aqui três pontos, e quero começar também, por me congratular pelo o início do ano letivo que decorreu com grande tranquilidade ao contrário do que tem acontecido em anos anteriores.

Da Atividade Municipal, eu gostaria de realçar aqui, a organização do IV Seminário Nacional de Educação e Formação de Adultos, que é uma temática que está hoje na ordem do dia. A qualificação dos nossos



concidadãos é algo que é de extrema importância e, de facto, acho que esteve muito bem a Câmara Municipal ao agarrar este Seminário, ao trazê-lo para cá, teve a presença do Secretário de Estado da Educação e do Emprego, portanto, ao mais alto nível, discutiu-se aqui aquilo que vão ser as futuras opções na formação profissional.

Também gostava de realçar na atividade, a importância que está a ser dada a uma visão integrada das Universidades Seniores. As Universidades Seniores, que têm uma intervenção extremamente importante, numa franja da população que acaba por ter aqui uma nova oportunidade de poder adquirir novos conhecimentos, de participar. Portanto, de facto, quero congratular o Executivo pela estratégia que também está a seguir, neste ponto que me parece de extrema importância.

Por fim quero também realçar aqui a política de estágios e a sua importância em articulação com as escolas do Concelho, e a oportunidade que está a ser dada a jovens de terem uma primeira experiência profissional em contexto de trabalho. E, de facto, estes estágios, parecendo uma coisa muito simples, mas, é muito importante que existam entidades e nomeadamente a Câmara Municipal, que proporcionem a estes jovens a possibilidade de terem um primeiro contato em contexto de trabalho. Portanto, também me parece que é uma linha estratégica muito importante.

E concluiria com duas perguntas ao Executivo, sendo certo que, todos nós sabemos que as dinâmicas do território e as suas necessidades, são realidades que evoluem muito rapidamente, e gostaria de saber, qual foi a capacidade de resposta da rede pública neste ano letivo. E também congratular pela preocupação que o Executivo teve, de procurar atender àquilo que são as situações de maior carência dos alunos, e como se estruturou este ano a resposta que o Município deu nestas situações.”

6.2.2.4 – O Senhor Deputado Municipal João Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu pedi a palavra para fazer quatro perguntas à Senhora Presidente da Câmara Municipal e deixar uma nota final.

A primeira pergunta. Registamos a referência ao desenvolvimento de estudos, tendo em vista a extensão do Metro Sul do Tejo, à Costa da Caparica, na página 32 (trinta e dois) da presente informação. O que solicitamos é que a Senhora Presidente possa fazer-nos o ponto da situação relativamente à extensão do espaço canal do MST – Metro Sul do Tejo, do Campus da Faculdade de Ciências e Tecnologia, até à Costa da Caparica, lembrando, no entanto, que este espaço canal do Metro Sul do Tejo, entre aquele Campus Universitário e a Costa da Caparica, se encontra definido no próprio Plano Diretor Municipal – PDM, em vigor no Município há longo tempo.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Segunda questão. A propósito da Estrada Florestal, na Costa da Caparica referida na mesma página 32 (trinta e dois) da Informação, e para além da informação que aí consta, a pergunta que fazemos, é o que se passa com o projeto elaborado pela Câmara Municipal de Almada, no anterior mandato, entregue ao Governo, com o compromisso assumido pelo Município de realização das obras, e até adiantamento do necessário financiamento, um projeto que, no entanto, continua a não ver a luz do dia.

Terceira questão. Sabemos que, em finais de 2017, estavam preparadas candidaturas, a cofinanciamentos comunitários, no quadro do programa Portugal 2020, que atingiam um montante superior a 16.000.000.00€ (dezasseis milhões de euros). A questão que colocamos, é, qual é ponto da situação destas candidaturas?

Quarta pergunta. Sobre o processo de revisão do Plano Diretor Municipal, tanto na informação que aqui abordamos neste momento, como nas explicações que a Senhora Presidente de Câmara teve a oportunidade de dar, no âmbito da reunião da 4ª Comissão Permanente desta Assembleia Municipal, realizada no passado dia 18 de setembro, consideramos insuficiente a informação prestada, pelo que o Grupo Municipal da CDU solicita mais detalhes sobre a evolução deste importante processo para o nosso Concelho.

A nota que eu gostava de deixar em nome da CDU é a seguinte: aproveito esta oportunidade para referir uma questão que, ainda que fora da Ordem de Trabalhos, da referida reunião da 4ª Comissão Permanente, e mesmo no seu final, o Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido, questionou a Senhora Presidente da Câmara Municipal, sobre o desenvolvimento do processo de instalação da Linha de Muito Alta Tensão Fernão Ferro/Trafaria. Sobre esta matéria, relembramos a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que o Grupo Municipal da CDU, continua a aguardar resposta ao requerimento apresentado no passado dia 10 de julho de 2018, dirigido a Vossa Excelência, sobre esta mesma matéria.

Insistimos Senhora Presidente, que entendemos que o diálogo e a participação dos cidadãos diretamente interessados nesta questão deve ser feito em momentos prévios ao acerto da decisão final, entre as entidades envolvidas, e não apenas após esses acertos e perante factos consumados.”

6.2.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, há uma semana, na Sessão Extraordinária desta Assembleia Municipal, o município José Queiroz, trouxe a esta Assembleia Municipal, uma situação que se passa na rua Manuel José Gomes, nº 68, porta nº 6, isto é, na Romeira. Um bairro da Cova da Piedade, onde residem os seus pais, o Senhor Gilberto Rodrigues de 84 anos e a Senhora Dona Maria Isabel Queirós Rodrigues, de 77 anos. Este casal reside naquela casa desde o dia 24 de março de 1960. Feita esta contextualização, outra contextualização



será necessária. O Bairro da Romeira é, desde há muitas décadas, um bairro de gente humilde, na sua maioria, e ao longo de muito tempo era constituído por pessoas, homens e mulheres, operários e operárias, gente muito modesta. A casa onde este casal reside, como eu disse desde o dia 24 de março de 1960, subsiste hoje de pé porque aquele casal ali investiu toda a sua vida. Porque aquele casal ali colocou um telhado quando foi preciso, aquele casal escurou paredes quando foi preciso escorar paredes. A fachada da casa, o interior das escadas, até chegarmos ao sitio onde as pessoas realmente vivem, apresenta uma degradação acentuada. Ou seja, durante anos, décadas, provavelmente os senhorios desta casa, pouco ou nada ligaram ao edifício em si e a quem ali mora. No entanto este casal recebeu uma ordem de despejo para o dia 30 de abril de 2019. Este casal, uma boa parte das noites já não consegue sair de casa porque estacionam à porta da sua casa, tendo em conta o novo movimento que existe naquela zona. Nós, há um ano, fizemos nesta Assembleia Municipal uma intervenção sobre os problemas da habitação no nosso Concelho, e lançamos alguns avisos sobre aquilo que poderia vir aí. Isto não deverá surpreender ninguém, mas isto muda radicalmente a vida do Senhor Gilberto e da Dona Maria Isabel. Aquilo que nós pretendemos, é, à luz do que foi uma vida inteira ali vivida, e aquele bairro, o Bairro da Romeira, como muitos outros bairros da Cova da Piedade, e de Almada, de todo o Concelho, toda a extensão territorial do concelho, são bairros em que as pessoas fizeram muito pelo bairro em si, este casal deu trabalho a muita gente enquanto ali viveu. Que respostas é que nós enquanto autarcas vamos dar a estas pessoas? Porque eu sou muito sincero Senhora Presidente de Câmara, quando o filho deste casal aqui vem e apresenta o caso, e nós encolhemos os ombros e aceitamos isto como uma fatalidade (eu não estou a dizer que a Senhora Presidente de Câmara o fez, ou que algum de nós o fez), estou a dizer que, se nós, ou quando nós ouvimos isto e encolhemos os ombros, é sinal de que não estamos aqui a fazer grande coisa. Portanto, eu gostaria que nós pudéssemos olhar para este caso, tomá-lo como um exemplo do que pode vir aí, numa zona que está a ser gentrificada, alertar as pessoas para aquilo que podem fazer em sua defesa, para que quando os problemas começarem não seja tarde de mais, e para que estas pessoas possam ter um fim de vida digno, com as condições que merecem, depois de toda uma vida ali passada.

Outra questão Senhora Presidente de Câmara. Quase um ano passou sobre o processo das eleições, falta pouco mais de um mês e meio, sobre a tomada de posse destes novos Órgãos da Autarquia. Nós gostaríamos de saber em que ponto está o processo de realojamento das Terras da Costa, uma vez que, pelos contatos que temos tido com as pessoas que lá vivem, com a Comissão de Moradores, é que depois do processo de realojamento da rua do Juncal, que aparentemente foi concluído com sucesso, pouco ou nada foi feito e gostaríamos de ter respostas sobre isso.

Ainda relativamente a outro assunto. O processo de licenciamento da SOVENA. Os maus cheiros continuam e ao que parece não há forma de ser resolvida esta questão. As pessoas que vivem no Bairro



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

do Matadouro, no Pragal, mas também na Cova da Piedade, na Sobreda, em zonas que estão longe do sitio da própria SOVENA, da localização territorial, sofrem com os maus cheiros, e com a incapacidade, a impossibilidade de abrir a janela das suas casas, sem serem invadidos com cheiros nauseabundos que se tornam cada vez mais fortes. Em que ponto é que estamos nesta situação e o que é nós também podemos fazer para obviar esta situação?

6.2.2.6 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente este ponto da Atividade Municipal, o CDS-PP gostaria de deixar aqui algumas questões e fazer algumas considerações neste mesmo ponto da Ordem de Trabalhos.

Para começar, e sendo aquilo que vem explanado neste conjunto de informação, que foi disponibilizada aos Deputados Municipais e aos Autarcas, relativamente à Atividade Municipal, o CDS-PP gostaria de saber qual o ponto da situação do Portal da Transparência. Entende o CDS-PP, que é uma proposta bem-vinda, uma nova forma de fazer política mais transparente, e que de certa forma conseguirá aproximar mais os eleitores dos seus eleitos. Portanto, autarcas e almadenses.

Depois, Senhora Presidente de Câmara, e já aqui falou na restauração, na requalificação daquele imóvel que temos na Trafaria, o Presídio, todos esses imóveis que estão ainda por restaurar, e por requalificar no nosso Concelho, o repto que eu aqui deixo é relativamente àquilo que nós podemos aproveitar, e que tem sido muito pouco aproveitado ao longo destes últimos anos, que é a paisagem que Almada tem para com o Rio, e para com a Cidade de Lisboa. E a minha questão é muito simples. Sendo que esta paisagem deve ser privilegiada, deve ser potenciada, deve ser preservada e o espaço onde os cidadãos, os almadenses e aqueles que nos visitam têm acesso, ficamos um tanto ou quanto pasmados e sabemos que já não é de agora, que o Jardim do Castelo à noite está encerrado. Portanto, existe um portão, que é fechado, entendemos que não faz qualquer tipo de sentido, visto que impede que, quer os almadenses quer os visitantes de Almada, tenham acesso aquele local privilegiado. Podemos-nos questionar relativamente ao fecho dessa cerca, dessas grades que impedem que os cidadãos e quem nos visita possa estar à vontade e usufruir daquele espaço, que é um espaço digno, que é um espaço pelo qual todos deveríamos dar-mo-nos por satisfeitos, pois nem todos os Concelhos têm esta maravilhosa paisagem. Portanto, Senhora Presidente de Câmara, será por uma questão de segurança? Se é uma questão de segurança podemos tentar resolver de outra forma. É caricato, porque junto ao Castelo está a força de intervenção da GNR. Se calhar deveria haver mais iluminação, agora, de todo, fechado não faz sentido.

Depois, Senhora Presidente de Câmara, ainda relativamente a estas questões que dizem respeito a essa paisagem, à restauração que está junto a essa paisagem, o CDS-PP irá apresentar um requerimento,



relativamente às questões de segurança, nomeadamente segurança de esplanadas e a outras situações naquela zona Ribeirinha.

Ainda Senhora Presidente de Câmara, relativamente a estas mesmas questões, o CDS-PP tem aqui uma nota, e já aqui falamos sobre a Escola Profissional de Almada. Temos conhecimento de que foi solicitado, por parte da direção da escola, um reforço na sua rodoviária, e efetivamente ela parece que foi feita. Mas, ao que consta, ainda não é suficiente, e, portanto, parece que pode haver necessidade de colocar umas lombas, não sou técnico rodoviário nem nessas matérias, mas seria bom que pudéssemos verificar o que se está ainda a passar, porque efetivamente ainda não temos a plena segurança rodoviária para os alunos e para quem visita a mesma escola.

Depois outra questão que tem a ver com a Costa da Caparica, nomeadamente, com os pescadores da Costa da Caparica. Há muito que os pescadores da Costa da Caparica, e também já não é de agora, já vem de trás, pelo que parece foi prometido um corredor, para que os pescadores possam transitar em segurança e com mais facilidade com os seus tratores, e que não coloquem em perigo as pessoas, os transeuntes, os banhistas, e para que esse acesso seja feito de uma forma mais eficaz e muito mais condicionada. A questão é que nós andamos e bem, a preservar a Arte Xávega, mas, como é evidente, a correnteza que os pescadores necessitam para passar com os seus tratores, é precisamente também defender essa forma de fazer a pesca, é também a forma de preservar a Arte Xávega, que há muito os mesmos pugnam por essa situação, entre outras situações, mas que até ao momento não está resolvida Senhora Presidente de Câmara. A questão que o CDS-PP deixa é, de quem é a jurisdição que pode efetivamente fazer esse mesmo corredor. Se é da APA – Agência Portuguesa do Ambiente, se é do Polis ou se é da Câmara Municipal de Almada, e sendo da Câmara Municipal de Almada, se há alguma possibilidade de, num futuro breve, esse mesmo corredor poder ser uma realidade para facilitar a vida dos pescadores da Costa da Caparica.

Depois ainda uma questão que tem a ver com segurança. Segundo consta, existe um arvoredo, umas árvores junto da Esquadra da PSP – Polícia de Segurança Pública, do Pragal, também não sou entendido em árvores nem nada que se pareça, não queremos de todo tirar de lá as árvores, mas que possam ser substituídas, porque parece que deitam uma substância que danifica os carros da PSP – Polícia de Segurança Pública, e, portanto Senhora Presidente de Câmara, é uma questão que, enfim, os carros da PSP – Polícia de Segurança Pública, já todos nós sabemos o estado degradado em que os mesmos se encontram, e, portanto, se podermos minimizar essa situação, seria também de bom tom.

Para terminar, Senhora Presidente de Câmara, temos aqui uma questão que nos deixa um tanto ou quanto pasmados e preocupados. Não tem a ver diretamente com o Município, mas Senhora Presidente de Câmara, aquilo que o CDS-PP pede, é que possa mover toda a influência que tenha, no bom sentido da



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

palavra, junto do Ministério da Administração Interna, relativamente à questão do Quartel da GNR – Guarda Nacional Republicana, da Trafaria.

Então passa-se o seguinte: o CDS-PP visitou, já tinha visitado há uns anos atrás, o CDS-PP foi recebido, perto da data da tomada de posse deste novo Governo, pelo Ministério da Administração Interna, foi recebido pela Senhora Chefe de Gabinete, e houve na altura um comprometimento pelo menos para que se pudesse verificar essa mesma situação. Deixo já aqui uma palavra também, relativamente à mesma situação, de que nós, independentemente de o Governo que esteja neste momento, seja este Governo, seja o anterior, o CDS-PP também esteve no anterior Governo, efetivamente a fazer o mesmo pedido para que fosse resolvida esta mesma questão do Quartel da GNR – Guarda Nacional Republicana, na Trafaria. Ultimamente estivemos presentes e juntamente com o Grupo Parlamentar do CDS-PP, e por vezes se calhar podemos alargar, digamos assim, a proposta que foi ontem feita pelo Bloco de Esquerda, em trazer cá os governantes para conhecerem melhor o Concelho, até porque a resposta que foi dada por parte do Ministério da Administração Interna, ou há um equívoco ou então tem um total desconhecimento do que se passa no Quartel da GNR – Guarda Nacional Republicana, que eu penso que é unânime e consensual, de que necessita de ser reabilitado, senão fechado, e realmente colocar um Quartel da GNR – Guarda Nacional Republicana, no PIA. A questões efetuadas pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, foram as seguintes: o Ministério da Administração Interna tem conhecimento do avançado estado de degradação das condições do posto da GNR – Guarda Nacional Republicana da Trafaria/Almada?

Segunda pergunta: tem Vossa Excelência conhecimento, por exemplo, das condições desadequadas do respetivo posto, para a receção e acompanhamento às vítimas? Que a morosidade na atribuição do novo posto da GNR na Caparica, estamos a falar do novo quartel na Caparica, substituindo o atual da Trafaria, pode colocar ou não em causa a operacionalidade dos militares da proteção às populações sob a sua jurisdição? E o último ponto: para quando está prevista a resolução do problema?

Ora, o Ministério da Administração Interna respondeu, e vou passar a ler a resposta dada pelo Ministério da Administração Interna. Diz que, decorrente da informação fornecida pela Guarda Nacional Republicana – GNR, nós estivemos junto dos Guardas Republicanos no posto da GNR, e, portanto, não sei a que é que o Senhor Ministro do Ministério da Administração Interna se está a referir. Não se confirma o estado de avançada degradação das condições do posto territorial da Trafaria. O Quartel não foi construído de raiz, é verdade, para servir como instalação policial e tem tido obras regulares de melhoramento e de adaptação que garante o adequado funcionamento operacional, a dignidade aos militares que ali exercem funções e o atendimento prestado aos cidadãos.



Para terminar Senhor Presidente, existe um Gabinete de inquiridos com a privacidade e o conforto adequado para um atendimento e acompanhamento particularizado em condições de receção e acompanhamento às vítimas com funcionalidade. A última linha foi a operacionalidade e a prontidão dos militares e a proteção das populações sob a sua jurisdição, não estão em causa.

Senhor Presidente eu deixo aqui à reflexão desta Assembleia Municipal e dos Municípios:”

6.2.2.7 – O Senhor Deputado Municipal António Macedo (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente de Câmara, a bancada do Partido Socialista, obviamente, gostaria de cumprimentá-la. Na sua intervenção inicial falou sobre cultura, de facto, é preciso saudar a Câmara Municipal pelo que tem feito a nível de cultura nestes onze meses de mandato, foram várias as iniciativas culturais que foram feitas nestes meses, e que juntaram milhares de munícipes do Concelho, e também reforçar que esta Câmara Municipal tem apoiado o uso dos equipamentos municipais, de vertente cultural, como são a Casa da Cerca, Fórum Romeu Correia, a Oficina da Cultura e a Casa Amarela, é muito importante sabermos valorizar o nosso património municipal.

Uma referência ainda às várias visitas guiadas e exposições que foram feitas aqui no Concelho, com destaque obviamente à exposição da Ana Hatherly, o Festival Internacional de Teatro e também o Ciclo de Música do Convento dos Capuchos como referiu. Iniciativas muito importantes.

Saudamos também os programas na interrupção letiva que têm sido feitos, estamos a falar de programas que contam com a participação de centenas de jovens do Concelho, durante as suas férias escolares, e, portanto, são iniciativas muito importantes para a nossa população mais jovem.

Também uma referência aos vários projetos de reforço das acessibilidades que têm sido feitos nos últimos meses.

Por fim, uma palavra muito especial, relativamente ao Festival Internacional de Teatro de Almada. De facto, a Câmara Municipal esteve presente num dos momentos mais difíceis que esta Companhia de Teatro alguma vez passou e que este Festival podia ter atravessado. De facto, o Festival foi um sucesso apesar dos constrangimentos orçamentais que surgiram. E relativamente a este problema que houve, gostaríamos de saber, do ponto de vista da Câmara Municipal, o que é que correu menos bem, o que é que há a melhorar face a este cenário, o que é que identificaram e também quais as possibilidades, assumindo que infelizmente haverão alguns constrangimentos orçamentais no futuro, qual é a margem de crescimento que nós temos neste momento, que a Câmara Municipal tem para continuar a apostar no desenvolvimento do Festival Internacional de Teatro para o Concelho.”



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.2.2.8 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tendo em conta que subsistem alguns problemas focados por nós ao longo das várias Assembleias Municipais, não podemos deixar de forma alguma de, neste espaço de intervenção municipal, abordar alguns temas que são de extrema importância para nós. Não só de extrema importância como motivo de enorme preocupação.

Iniciaria esta minha intervenção, pronunciando-me sobre o parque habitacional da autarquia. Não vou mencionar tudo porque senão excederia largamente o tempo que nos é destinado, mas pelo menos algumas situações, quanto a nós bastante preocupantes e como já disse, algumas delas já referenciadas aqui ao longo de algumas Assembleias Municipais, e para as quais não obtivemos a satisfatória resposta naturalmente.

Começaria por falar no Bairro de São João. No Bairro de São João foram executadas obras de melhoramentos no exterior das habitações, nomeadamente reparações de paredes, pinturas, inclusive foram repostas algumas portas do exterior dos prédios. Agora, claramente subsistem inúmeros problemas e para os quais é necessária a resolução. O que nós queremos aqui que nos seja respondido é se existem, de facto, por parte do Executivo algumas iniciativas, algumas respostas que possam solucionar este tipo de problemas, nomeadamente canalizações, arruamentos. Aliás, ainda não última Assembleia Municipal Extraordinária uma residente daquele bairro veio aqui expor essas situações e expor alguns dos problemas que existem naquele bairro.

Um outro tema que nos preocupa bastante, que trouxemos aqui não há muito tempo, e que tem a ver com o prédio na rua Febo Moniz no Laranjeiro, permanece encerrado, emparedado, e ao que nos foi comunicado tem uma fenda estrutural. Nesse prédio funcionou em tempos a ARPILF, que é a Associação de Reformados, Pensionistas, Idosos do Laranjeiro Feijó, no piso térreo, servindo os restantes pisos para habitação para gente carenciada, naturalmente é um prédio de habitação social. O que gostaríamos aqui de saber e ter por parte do Executivo a resposta, é se esse prédio é recuperável ou não? Se é recuperável porque é que ainda não foram tomadas medidas para dar início ao processo de recuperação? Se não é, o que é que se pretende fazer com esse prédio?

Outro tema que aqui trago, é o Mercado do Levante. Senhora Presidente de Câmara, este Mercado do Levante, sinceramente para nós, nós enquanto cidadãos, simples transeuntes que por ali passamos, e olhamos para o estado deplorável em que se encontra aquele mercado, não nos podemos deixar de sentir muito desconfortáveis e de alguma forma bastante angustiados, a olhar para aquele espetáculo. Nem consigo imaginar como se sentirão, não sei o termo exato, se feirantes, se vendedores ambulantes, as



peçoas que necessitam com alguma frequência de utilizar aquele espaço para a sua subsistência, é urgente uma resposta, por parte do Executivo a esta situação.

Painéis de arte pública, Senhora Presidente de Câmara. Não posso deixar aqui de referenciar mais uma vez, e não podemos deixar de lamentar, que, quase após um ano do início do mandato deste Executivo, não vislumbremos a mais ténue tentativa de dar início a recuperação destes dois painéis de arte pública, trazido aqui por nós de forma reiterada. Senhora Presidente de Câmara, este é um tema que nos é muito caro. Este é um tema que nos é muito caro, porque é sobejamente conhecido que o Bloco de Esquerda é um acérrimo defensor de todas as formas de arte, naturalmente a arte pública preocupa-nos imenso; não só, mas também a arte pública nos preocupa imenso. E repare, isto é uma preocupação transversal a todos os partidos, porque nós trouxemos aqui uma recomendação no dia 21 de dezembro de 2017, foi votada aqui de forma favorável unanimemente por todas as forças políticas representadas nessa Assembleia Municipal, e até agora não vimos absolutamente nada que pudesse corresponder às nossas expetativas. E deixe-me dizer-lhe Senhora Presidente de Câmara, que iremos trazer aqui, os Deputados Municipais do Bloco de Esquerda, irão trazer aqui de forma reiterada, exaustiva, este tema. Iremos falar aqui deste tema de forma reiterada, até que obtenhamos por parte do Executivo, uma resposta cabal, que nos leve a acreditar que existe por parte deste Executivo, a intenção de recuperação daqueles painéis, ou se, ao invés, vai deixar que se arraste no tempo até à sua degradação total e irreversível. Embora já o tenhamos referido aqui, estamos a falar do painel no Pragal e na Cova da Piedade.

E para terminar Senhora Presidente de Câmara, se podemos ter algumas notícias sobre o antigo edifício da Cooperativa Piedense. Chegamos a acreditar que ali ia funcionar a tão desejada e necessária Loja do Cidadão. Defraudadas as expetativas, gostaríamos de saber por parte deste Executivo, se existem planos, projetos para este edifício. E já agora, Senhora Presidente de Câmara, no edifício da EDP, da rua Bernardo Francisco da Costa, quais os projetos, quais os planos, se é que existem, para este edifício.”

6.2.2.9 – A Senhora Deputada Municipal Sandra Duarte (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Hoje gostaríamos de questionar o executivo e tecer alguns comentários relativamente a algumas matérias, nomeadamente, as acessibilidades do espaço público e de equipamentos municipais, falar um pouco das condições materiais verificadas no Festival Sol da Caparica e propor algumas alterações no sentido de melhorias tanto ao nível da sustentabilidade ambiental como das acessibilidades para todos, para a próxima edição deste Festival.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Gostaríamos também de falar acerca da criação de um posto de atendimento a pessoas imigrantes na Charneca de Caparica, da Praia da Rainha e do galardão Praia Acessível atribuído pelo Instituto Nacional de Reabilitação, entre outros assuntos.

Mas o tempo disponível é limitado e, como tal, optámos por centrar a nossa intervenção num único tema: a atividade que tem sido desenvolvida pelo Serviço Veterinário Municipal. O tema escolhido acabou por ser este, essencialmente por duas razões: por um lado, porque ficamos verdadeiramente preocupados com algumas informações existentes neste relatório de atividades e por outro, porque já na última reunião desta Assembleia Municipal colocámos algumas questões sobre este tema que, naturalmente, não puderam ser respondidas pelo Senhor Vice-Presidente na ausência da Senhora Presidente e da Senhora Vereadora deste pelouro.

Fazendo um breve historial, verificámos que, e resumindo, que de 141 cirurgias no primeiro trimestre, passámos para 26 em abril e maio, no que diz respeito a animais detidos pelas associações parceiras, animais do Centro Recolha Oficial, animais adotados e animais oriundos de situações de insuficiência económica.

No presente relatório, relativo a junho, julho e agosto, a única informação que encontramos relativamente a procedimentos cirúrgicos, é a de que, e passo a citar: “Foi dada continuidade às parcerias existentes com as associações de proteção animal, através da esterilização, identificação e rastreio de animais detidos ou geridos por estas”.

Relativamente a esta informação podemos, desde já, referir que os dados que nos são apresentados, são-no de uma forma cada vez mais difusa e aspetos que deveriam estar quantificados, continuam a não estar, o que impossibilita um correto conhecimento do desempenho deste Serviço.

Contudo, perante o facto de a única referência existente relativa a esterilizações dizer respeito apenas a animais detidos pelas associações parceiras, partimos do princípio que não foi efetuada nenhuma esterilização, nem a animais detidos no Centro de Recolha Oficial, nem a animais oriundos de insuficiência económica.

Por outro lado, de forma a contornarmos a falta de quantificação dos dados e a conseguirmos compreender melhor o tipo de colaboração que está a existir com as associações zoófilas, efetuámos uma consulta às mesmas, no sentido de obtermos o número de esterilizações realizadas pelo Serviço Veterinário Municipal, a animais a cargo ou sinalizados por estas durante os últimos três meses. E a resposta que obtivemos, de ambas as associações, é que não foi efetuada uma única esterilização por parte do Serviço Veterinário Municipal.

Isto, leva-nos naturalmente, a questionar o tipo de registo que é feito sobre a atividade deste serviço.



A Lei 27/2016, a dois dias de entrar em vigor, obriga as Câmaras Municipais a serem mais eficientes e a tomarem medidas eficazes para efetuarem o controlo da população de animais errantes, nomeadamente através da esterilização, aliás, como já foi aqui referido hoje.

São cada vez mais as pessoas que recorrem à ajuda das Associações, as quais se veem numa posição de total impotência para corresponder a tantas solicitações, e as que recorrem ao Serviço Veterinário Municipal, na sua grande maioria, acabam por ser encaminhadas por este, para as ditas Associações.

É preciso começar a trabalhar noutras condições, de uma forma séria e célere, naquilo que deverá ser uma verdadeira política de controlo populacional. É preciso conseguirmos dar resposta aos apelos dos munícipes nesta área.

A recomendação que apresentámos ontem sobre o Programa Cheque Veterinário, e que baixou à 3ª Comissão, pretendia e pretende ser uma ferramenta importante, para se conseguir dar um início efetivo a uma abordagem séria, estratégica e eficaz, à questão da proteção e bem-estar animal no nosso concelho e à criação de mecanismos capazes de ajudar os munícipes com fracos recursos, muitos deles pessoas idosas, que desesperam por ajuda aos seus animais.

Para além dos animais, temos de começar a demonstrar uma maior consideração por estas pessoas.

Dito isto, terminava apenas com três questões muito concretas:

Os oito animais adotados no Centro de Recolha Oficial, foram entregues esterilizados aos seus novos tutores?

Qual o número efetivo de esterilizações feitas nos últimos três meses pelo Serviço Veterinário Municipal a animais detidos pelas associações?

Quantas pessoas em situação de carência económica foram apoiadas efetivamente nos últimos três meses pelo mesmo serviço?

6.2.2.10 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para concluir com uma questão que eu me esqueci de referir na minha anterior intervenção.

Na penúltima reunião de Câmara, foi retirada uma proposta de estudo de remate e renovação urbana para a rua União Piedense e rua Comandante Conceição e Silva, na Cova da Piedade. Era uma proposta que contemplava a permissão de construção ali, de uma área de habitação com doze fogos, creio que três lojas, etc. A proposta foi retirada e quanto a nós, em boa hora. Aquilo que nós pedimos, é que o Executivo pense o que é que se quer fazer naquela zona. Se está pensado, então queremos saber o que é que está



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

pensado. Porque aquela é uma zona sobrecarregada, é uma zona onde não há estacionamento, onde as pessoas se confrontam com a falta de estacionamento, aliás, basta passar nas Barrocas a qualquer hora do dia, a estrada das Barrocas, a rua União Artística Piedense, a qualquer hora do dia, para percebermos a forma como o estacionamento se processa ali, e há uma série de terrenos vazios naquela zona. Há um terreno na rua João Schwalbach que também tem uma das faces virada para a rua Sociedade União Artística Piedense, que está vedado ao acesso de qualquer pessoa, que tem mato a crescer, onde estão animais mortos, onde estão ratos, gatos, etc. É um terreno privado, nós sabemos isso, mas é um terreno privado que está vedado e ao qual ninguém tem acesso, ou ninguém supostamente tem acesso. Eu penso que esse terreno, em conjunto com o terreno da frente e em conjunto com mais dois terrenos que estão ao lado, merecem uma reflexão de conjunto, para se perceber o que é que aquelas pessoas que vivem ali, realmente necessitam. E necessitam de espaços para estacionar os seus automóveis, mas necessitam também de espaços de laser e necessitam de espaços para passear os seus animais, porque não existem ali, de facto. Os espaços que existem são privados e/ou estão vedados e/ou estão cobertos de mato. E é preciso que tenhamos consciência que, mais habitação, mais doze fogos numa zona onde ainda por cima, ao lado fica uma escola, não será de facto a melhor solução.”

6.2.3 – Usaram ainda da palavra os/as Senhores/as Vereadores/as João Couvaneiro, Francisca Parreira, Teodolinda Silveira, Nuno Matias e Miguel Salvado e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.2.3.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, vou tentar ser breve, para o Senhor Presidente poder depois, também passar a palavra aos Senhores Vereadores.

Muito sucintamente, relativamente ao Movimento associativo, não houve qualquer alteração, nem redução dos apoios. A única coisa que houve, é algo que já foi sobejamente falado, foi a necessidade de fazer a regularização de apoios que já se arrastava há muitos anos. Nós fomos confrontados com uma realidade de associações que tinham vindo a receber sucessivos apoios ao longo dos anos, sem terem entregue a devida documentação. Aliás, houve uma moção aprovada, penso que em reunião de Câmara Municipal, em que dizia que as associações não necessitavam de entregar a documentação, os comprovativos de despesa, apenas deveriam guardá-los em caso de auditoria. Nós pedimos às associações e as associações não tinham. E isso põe em causa todas as regras da boa gestão pública e, portanto, sim, aconteceu um problema grave, e que está felizmente a ser resolvido. E, aliás, grandes associações da nosso Concelho, e grandes instituições reconhecidas, que tiveram que ir encontrar justificativos de despesa inclusivamente desde 2013. Portanto, nas regras de atribuição dos apoios,



introduziu-se uma normativa, para que as associações que concorrem saberem em que termos é que vão ser avaliadas, apenas isso. O regulamento é o mesmo, e o que tentamos fazer e o que ainda estamos a fazer, porque é um trabalho homérico, é verdade, é tentar resolver ao máximo a situação das associações que receberam apoios, que estavam claramente em situação de ilegalidade, para poderem voltar a concorrer. E volto a dizer que o RMAMA – Regulamento Municipal de Apoio ao Movimento Associativo abriu agora em 15 de setembro, e apelo a todos aqueles que queiram concorrer, a concorrer. Portanto, não houve alterações de regras, não houve diminuição de verba, aliás, nós até temos estado em Câmara Municipal, a aprovar apoios condicionados obviamente, à declaração de elegibilidade, no sentido de facilitar e poder dar as verbas. Agora, obviamente, não podemos dar verbas se as associações que concorrem a esses apoios, não estiverem em condições.

No caso da cultura, não houve qualquer redução. É que não houve mesmo qualquer redução. Isto já foi amplamente debatido em reunião de Câmara, não sei de onde vem essa ideia, não houve redução de verba, não houve alteração a regras fundamentais, e, portanto, foi lançado um pânico no movimento associativo cultural de Almada, que não tem a mais pequena razão de ser. Aliás, a Mostra de Teatro que estava em perigo, vai iniciar-se a tempo e horas, está tudo a correr na sua normalidade. E, portanto, posso continuar a repetir isto em todas as reuniões, mas de facto não há. É o chamado fumo sem fogo. E, portanto, devem andar umas pessoas a fumar uns cigarros por baixo para ver se nasce o fumo.

Relativamente ao Centro de Arqueologia de Almada, eu também fui surpreendida, porque também aqui neste caso, não houve nenhum tipo de redução. Aliás, eu própria falei nas Festas da Cova da Piedade, com o Centro de Arqueologia de Almada, que disseram: “falaram de indefinição da Câmara”. Não há nenhum tipo de indefinição da Câmara. O Centro de Arqueologia de Almada, foi aliás contratado no âmbito da Revisão do PDM – Plano Diretor Municipal, para fazer a carta do património de Almada, reconhecemos a importância da revista que o Centro de Arqueologia de Almada publica, a única coisa que é preciso, é que o Centro de Arqueologia de Almada, nos entregue e nos faça uma proposta, ou faça uma candidatura para nós podermos apoiar. Portanto, também aqui, as pessoas podem-se martirizar o quanto quiserem, mas sem haver uma proposta concreta do Centro de Arqueologia de Almada, que aliás, reuniram esta semana, e têm estado a reunir regularmente, com o Departamento de Cultura. Não sei o que lhe dizer mais.

Relativamente ao Ginásio Clube do Sul. Confirmando que houve um pedido feito à Câmara Municipal, para um direito de preferência, os montantes relativos eram absolutamente inaceitáveis, e, portanto, também acompanhamos com grande preocupação, ao que sabemos vai para hasta pública, eu espero que se possa resolver, neste momento não lhe posso dar mais informações do que esta. Houve uma proposta à Câmara Municipal, se queria exercer o direito de preferência, os montantes pelo qual está avaliado não



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

permite sequer a ponderação desse facto. Lamentamos e seguimos com grande preocupação o que se passa.

Agradeço as intervenções feitas pelos os Senhores Deputados Municipais do Partido Socialista. Vou passar rapidamente à questão relativa aos animais, porque há muitas questões, e depois o Senhor Vereador João Couvaneiro também dará alguns esclarecimentos.

Relativamente aos estudos do Metro Sul do Tejo – MST. Senhor Deputado Municipal João Galdes, de facto o Grupo de Trabalho está a trabalhar. Eu não tenho tempo para lhe falar em detalhe, mas tenho estado a acompanhar e obviamente é uma matéria que para nós é muitíssimo importante, e vimos com gosto que também está na listagem do Governo como uma questão importante, e congratulamo-nos com isso.

A questão da Estrada Florestal. Eu penso que já lhe respondi uma vez. Senhor Deputado Municipal João Galdes, nós estamos prontos para arrancar com a obra, e de facto falamos com a CostaPolis relativamente aos montantes. Só tem um problema, é que a estrada não é nossa agora, como não era no anterior Executivo. Portanto, nós assim que pudermos arrancar com a obra na Estrada Florestal, arrancamos. Aliás, já enviamos vários ofícios ao Tesouro, já falamos também com a Baixo Tejo, e, portanto, temos feito mais do que apelos, inclusivamente até apelos mais severos, a dizer que há inclusivamente uma questão de segurança. Os planos que foram feitos, nós em grande parte até concordamos com eles. Agora, não temos a estrada para começar a obra. Assim que pudermos começar a obra, começamos. Penso que é uma situação que o Senhor Deputado Municipal João Galdes, até pelas funções que tinha no anterior mandato, conhece bem.

Relativamente às candidaturas ao Portugal 2020, e ainda bem que lembrou o montante de 16.000.000.00€ (dezasseis milhões de euros), de facto, eram candidaturas de um montante de 16.000.000.00€ (dezasseis milhões de euros). Relembrar que a média da taxa de comparticipação, quando são candidaturas ao Programa Portugal 2020, deve ser à volta de 50%, algumas um bocadinho mais, outras um bocadinho menos, mas o saudável é ser os 50%. No caso de todas as candidaturas que os Senhores tinham apresentado, a comparticipação média rondava os 15%. Portanto, eram candidaturas absolutamente incomportáveis para o Município. Eu sei que os Senhores dizem logo que não quando eu digo qualquer coisa; mas terei todo o gosto de comprovar o que estou a dizer. Portanto, o que foi feito, foi pegar em todas as candidaturas, (aliás, já reunimos também com a CCDR/LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Lisboa e Vale do Tejo, a esse nível) reformular algumas, tentar aproveitar ao máximo e conseguirmos que a taxa de comparticipação suba a 50%, e algumas Senhor Deputado Municipal, digo-lhe muito francamente, vão cair. Posso referir uma em concreto, que aliás, é uma que nos custou muito, havia uma candidatura para a colocação de janelas abrigo, ecologicamente



sustentáveis para a redução da energia elétrica, num bairro municipal, que era de eficiência energética, que é algo com o qual estamos plenamente de acordo. Só havia um pequeno detalhe, é que nós íamos por janelas novas, mas na parede escorre água. E não estava previsto a obra das paredes e de toda a canalização do prédio, onde corre literalmente água. E, portanto, consideramos que essa candidatura que era uma candidatura muito volumosa, era no mínimo absurda ao aparecer isolada de todo o resto.

Relativamente ao PDM – Plano Diretor Municipal. Senhor Deputado Municipal, mais uma vez eu não sei o que lhe diga. Fomos a uma reunião da 4ª Comissão Permanente, disponibilizamo-nos, estava lá eu, estava o Senhor Vice-Presidente, estavam os técnicos, perguntamos a todos se alguém tinha perguntas, a CDU não fez uma única pergunta, vem agora para a Assembleia Municipal dizer que a informação era insuficiente, não sei o que lhe diga. Não é agora, que tenho quatro ou cinco minutos de tempo para falar, que lhe posso responder. Quando quiser voltamos a reunir com a 4ª Comissão Permanente, para responder às suas perguntas. Isto é um bocadinho caricato, perguntamos várias vezes se alguém tinha perguntas, os Senhores não tiveram nenhuma, que estavam esclarecidos. Mas querem vir para a Assembleia dizer que não estão esclarecidos.

Relativamente à REN – Redes Energéticas Nacionais e Estrada Nacional 377. Também volto a repetir aquilo que já disse várias vezes. O que está na sentença do Tribunal, é que, a linha tem que ser enterrada, e que a solução tem que ser consensualizada, entre o Município de Almada, e na altura era o Ministério do Ambiente que tinha a energia, agora é o Ministério da Economia, e a REN. A solução a apresentar tem que ser consensualizada. Os Senhores optam por apresentar soluções que não estão consensualizadas para poderem dizer que têm uma solução, nós não achamos sério. O que nós iremos apresentar é uma opção que está consensualizada, e o processo terá os tramites legais, naturais, evidentes, decorrentes da sua natureza. E, portanto, nós podemos fazer um grande espetáculo, criar imensas entidades participativas, tudo o que quiserem, e aliás agradeço o trabalho que já foi feito porque assim também já nos adianta trabalho, mas podemos fazer politica *show off*, não é o nosso modo de funcionar. Portanto, primeiro é preciso consensualizar qualquer coisa e depois apresentar. São formas diferentes de trabalhar.

Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes, não encolhemos os ombros a nenhum caso de habitação ou realojamento, mas depois a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira poderá esclarecer. Temos referido a cada reunião, sim, vamos começar a ter em Almada problemas que se verificam em Lisboa, de pessoas a serem despejadas, porque têm regimes de aluguer. E estamos com todos os Presidentes de Câmara, que se preocupam com essa matéria e acreditamos piamente que não pode ser uma solução caso a caso, e tem de haver um contexto legislativo que nos possa permitir arranjar soluções. E com isto eu não estou a minimizar nenhum dos casos.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, e também o Senhor Deputado André Macedo, fizeram menção Casa da Cerca e à atividade cultural. Eu não mencionei algo que muito nos alegra e que realmente não foi mencionado, é uma boa notícia, é o cumprimento de uma promessa, que é o facto dos horários da Casa da Cerca já se terem alargado, e que a Casa da Cerca já está aberta todo o dia ao fim de semana, e que isso também significou obviamente, um reforço da equipa da Casa da Cerca, para os trabalhadores que lá estão poderem ter um horário normal e ao mesmo tempo os almadenses poderem usufruir. Por enquanto, a Casa da Cerca está aberta todos os dias, exceto à segunda-feira, das 10H00 às 18H00, e nós gostaríamos que pudesse estar aberta certos dias, até mais tarde. Aí ainda vamos ter que nos organizarmos melhor.

Eu não vou conseguir responder a todas as questões do Senhor Deputado Municipal.

O Festival Internacional de Almada também não vou conseguir responder, mas terei todo o gosto, e peço ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, se posso passar a palavra aos Senhores/as Vereadores/as.”

6.2.3.1 – O Senhor Vereador João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tentarei ser muito rápido, e aproveito para dar alguns elementos a todos os Senhores Deputados Municipais, relativamente áquilo que foi o arranque do ano letivo. Este arranque de ano letivo é um arranque atípico. E é atípico porquê? Porque Almada é hoje, como todos sabemos, de alguma forma vítima da pressão urbanística, que decorre de alguma migração de pessoas que residiam na cidade de Lisboa e que estão a começar a procurar Almada como espaço e território de residência. Há também um crescimento urbanístico que se reflete numa pressão sobre a rede escolar, no entanto verificam-se dos dados que temos, para as inscrições neste ano letivo, números que nos deixam alguma perplexidade. E a perplexidade é: ainda não temos dados de dois agrupamentos, apesar das insistências dos serviços, mas houve uma redução do número de alunos em 802 (oitocentos e dois) alunos. Portanto, isto é um número que nos parece estranho. Porque, por outro lado, verifica-se um aumento de turmas ao nível do 1º Ciclo, e nomeadamente, no primeiro ano do 1º Ciclo, com muitas populações que vêm do estrangeiro, e que por exemplo, na zona da Caparica, há indicação que de um momento para o outro aparecem mais 19 (dezanove) crianças que implica a abertura de uma turma. Uma nova sala de aula. E sabemos que a rede escolar que o atual Executivo herdou estava carente de salas. Só para dar uma ideia, nós temos ainda no nosso território 25 (vinte cinco) turmas em turno duplo, o que quer dizer que são entre 500 (quinhentas) e talvez 700 (setecentas) crianças, que não têm o direito à escola o tempo inteiro. E, portanto, é uma preocupação que temos. Este ano tivemos mais quatro turmas ao nível do primeiro ano do 1ª Ciclo, e temos aqui, portanto alguma pressão, que ainda assim estamos a procurar colmatar. Uma das realidades



que estamos a viver, é um esvaziamento de algumas escolas que decorrem daquilo que é a capacidade instalada no Município, sobretudo nas zonas das ditas freguesias urbanas. Mas temos carência de resposta em territórios nomeadamente como a Charneca de Caparica, a Sobreda, o Laranjeiro Feijó. Isto, relativamente à capacidade de resposta da rede escolar, estamos a analisar todos os territórios, inclusive, a avaliar estruturas escolares que tinham sido já desativadas e que se calhar merecem hoje que se olhe para elas, pensando se vale ou não a pena reativar estas estruturas escolares, nomeadamente em territórios que sabemos que vamos ter uma grande pressão urbanística nos próximos anos, nomeadamente nas zonas da Cova da Piedade, onde sabemos que dentro de pouco tempo, vão surgir no Ginjal, em Cacilhas, na Margueira, vão surgir projetos imobiliários, que vão colocar uma pressão adicional sobre estes territórios. Mas, portanto, o ano letivo começou razoavelmente bem, com um enorme esforço dos técnicos da autarquia, com um enorme esforço dos Senhores Professores e as Senhoras Professoras, e sabemos que estamos a resolver problemas, estamos a correr um pouco atrás do prejuízo. Só dar nota que, há também contactos com a Senhora Secretária de Estado Adjunta da Educação, para uma resposta ao nível do ensino secundário na Charneca de Caparica que é uma reclamação de sempre, de todos, e que todos entendemos que é absolutamente urgente.

Quanto às respostas para os jovens carenciados. Queria só dar nota que este ano vai haver um reforço que se traduz em quase 50.000.00€ (cinquenta mil euros), para os apoios da ação social escolar. 50.000.00€ (cinquenta mil euros) pode parecer um número que quer dizer muito ou quer dizer pouco, ele representa um acréscimo de 50%, face às transferências que ocorreram no ano passado, e estes 50% decorrem de uma obrigação legal, já do ano passado, que já deveria ter estado em funções, uma transferência que já devia ter chegado às escolas, a partir de julho de 2017. Provavelmente o anterior Executivo não teve condições para o fazer, que obrigava a colocarmos naquilo que é o apoio da ação escolar, uma verba para que os alunos carenciados do escalão A e B do ASE – Ação Social Escolar, que estes alunos pudessem participar em visitas de estudo. Ou seja, para os alunos do escalão A, vão ter 20€ (vinte euros) cada um destes alunos, os alunos do escalão B vão ter mais 10€ (dez euros). Estas transferências, como disse, no bolo e no cômputo geral, representam um montante de 50.000.00€ (cinquenta mil euros). Quero também dizer que, relativamente ao programa de promoção do sucesso educativo “Mais Leitura, Mais Sucesso”, e tendo-se falado aqui há pouco da questão do Centro de Arqueologia de Almada, técnicos do Centro de Arqueologia de Almada, são parceiros da autarquia, na implementação de um referencial que já está criado, para as atividades de enriquecimento curricular, no âmbito do património. E, portanto, a Câmara Municipal de Almada, vai implementar num conjunto de escolas do nosso Concelho, atividades de enriquecimento curricular, em duas áreas diferenciadoras, uma da literacia outra do património. E ficaria por aqui.”



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.2.3.2 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tomo a palavra para de uma forma muito breve, referir algumas questões que aqui foram colocadas relativamente e exclusivamente à atividade do Serviço Veterinário Municipal.

Dar nota que, de facto, hoje em dia, há a consciência que não só as parecerias com as associações de bem-estar animal, são altamente virtuosas para a resolução de toda a problemática associada ao bem-estar animal, como que, não qualquer centro de recolha oficial, que garanta ou possa permitir, a nível nacional ou a nível municipal, em determinados Distritos ou Concelhos, o acolhimento de animais, associados a esta problemática. Aliás, Almada tem um problema acrescido, porque para além dos 30 (trinta) 40 (quarenta) animais, que recolhe neste momento, no Centro de Recolha Oficial, tem o Canil da Aroeira, com mais 250 (duzentos e cinquenta) animais, que de facto, são um problema acrescido. Assim sendo, aquilo que é necessário que se faça e é transversal às boas práticas a nível nacional, é que se aposte nas campanhas de adoção, nas campanhas da prevenção do abandono, e nas campanhas de parcerias com as associações de bem-estar animal. O Concelho de Almada, tem sido relativamente a essa matéria, e tem tido relativamente a essa matéria, um trabalho pioneiro neste mandato, que não teve qualquer mediatismo, ou qualquer dimensionamento sério, no mandato anterior, e em mandatos anteriores. Hoje estamos de facto preparados, para acolher esta problemática e daí a campanha que recentemente lançamos, esta equipa lançou, relativamente ao abandono animal. É importante que de facto, se sensibilizam as pessoas, para que o Município e todos nós, não tenhamos animais na rua, animais errantes, que são fonte de preocupação para todos nós. E parte desta problemática resolve-se efetivamente com políticas sérias contra o abandono e com, também, uma política integrada de adoção de animais que permita resolver toda esta problemática, que aliás é uma problemática que a Câmara Municipal tenha em consideração, desde logo as Forças de Segurança, têm chamado atenção do Município, para as grandes dificuldades que têm relativamente à resolução dos problemas dos animais errantes.

Entretanto, sendo mais concreta e pragmática, e respondendo às questões que a Senhora Deputada Municipal do PAN, Sandra Duarte, e bem aqui deixou, dir-lhe-ei que, enquanto gestora deste dossiê, concordo completamente com a visão que aqui nos deixa. De facto, a esterilização em massa é a única forma de combater este flagelo. E por isso, o Município tem identificado a necessidade de robustecer a sua equipa para poder esterilizar cada dia mais, mais e mais, no sentido de poder dominar e controlar as colónias quer de gadídeos quer os canídeos em concreto.

Coloca aqui algumas questões concretas que têm a ver com números que lhe farei chegar. Houve de facto 8 (oito) animais adotados. Pergunta-me qual o número de esterilizações, eu estou à vontade para lhe



responder relativamente a esta matéria. Mas depois diz aqui, quantos pedidos relativamente a situação económica necessária foram garantidos, e esse número eu não tenho aqui de facto. Sei que neste momento em termos de gestão da Câmara Municipal, desde que haja prova de insuficiência económica, sou eu própria que autorizo esses pedidos. Portanto, eles são autorizados e supervisionados por mim. Em termos numéricos, não lhe posso dar neste momento o número. As esterilizações durante os meses de junho, julho e agosto, para além da campanha de vacinação rábica, que esteve a cargo do Doutor Mário Magalhães, de facto, não se fez uma única reunião esterilização. E porquê? Porque o contrato da médica veterinária que procede as esterilizações, terminou em junho, e só se renovou novamente em agosto. E, portanto, estamos novamente a fazer esterilizações, mas de facto, em junho, julho e agosto, não foi feita uma única esterilização.”

6.2.3.3 – A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero referir aqui algumas questões muito rápidas relacionadas com a reabilitação e com o realojamento. São realidades que se tocam de alguma maneira, mas eu iria começar pela reabilitação. Efetivamente demos ontem um grande passo. Iniciou-se no terreno o levantamento das necessidades de todos os bairros. O levantamento da caracterização das necessidades, quer em termos de ajuste de agregados a fogos, quer em termos de obras necessárias, quer em termos de atualização dos contratos. Portanto, iniciou-se ontem esse levantamento, e para intervir, e intervir com critério, é preciso conhecer. E como já aqui tinha referido, nós não tínhamos esse conhecimento e, portanto, a partir do relatório do levantamento que vai ser feito, e que esperamos que esteja pronto em dezembro, será então mais fácil estruturar a intervenção. De qualquer modo, relativamente àquilo que colocou e tendo a ver com canalizações, instalações elétricas e até no âmbito de umas opções participativas, está uma empreitada pronta para ir para o terreno nessa área.

Quero dizer ainda que, relativamente às questões que se relacionam com as candidaturas, que a candidatura que efetivamente não se fez, vai ser reequacionada no sentido de, sempre no âmbito, porque terá que ser da eficiência energética, ser uma eficiência energética mais adequada àquilo que temos e, portanto, ir para coberturas e pinturas de isolamentos etc.

Dizer ainda que, relativamente ao levantamento que está a ser feito, priorizaremos e daremos aqui conta dele de todas as intervenções que se decidirem fazer.

Relativamente ao realojamento. Relativamente ao realojamento, como sabem, o Governo está a lançar uma nova geração de políticas para a habitação. E o Município de Almada está a acompanhar, a par e passo, todo esse trabalho, no sentido de intervir efetivamente no realojamento. São muitas, falou-se nas



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Terras da Costa, o 2º Torrão, outros nichos que temos de habitações ou pseudo habitações que precisam de ser substituídas. Faremos sempre numa perspetiva de procurar a reabilitação, porque é para esse nicho que as políticas se dirigem com maior preponderância. Isto é, as verbas para a reabilitação, são efetivamente maiores, os juros pagos pelo dinheiro que não seja a fundo perdido, serão menores e, portanto, é aí que temos a noção exata que será difícil. Mas, começaremos por aí, pela reabilitação de tudo o que pudermos reabilitar, e aí cabe a questão do prédio emparedado. O prédio emparedado, está emparedado porque tem uma fenda estrutural avaliada pelos serviços, que não pode ser uma reabilitação ligeira. Estamos em diálogo com o IHRU, com a Secretaria de Estado, com esse caso e outros. Talvez a demolição possa depois ser considerada reabilitação. E se assim for, ele terá que ser demolido devido à situação em que está, mas pode eventualmente entrar naqueles que poderão eventualmente ser reabilitados nesse âmbito. Portanto, a pressão efetivamente das questões que colocaram, dos despejos e tivemos este fim de semana outra situação, vamos ter muitas, porque aquilo que os serviços me dizem é que, as ARU tinham um prazo de renda controlada que está a começar a terminar. E vamos começar a ter esses problemas quase todos os dias. Portanto, vamos ter efetivamente de ter uma intervenção coordenada, ordenada nesse sentido. Porque não vai ser um, não vão ser dois, vão ser muitos. Portanto, estaremos atentos no âmbito quer das novas políticas, quer de outras que possamos encontrar.”

6.2.3.4 – O Senhor Vereador Nuno Matias:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar, a questão levantada pelo Deputado Municipal Carlos Guedes, e a questão da SOVENA que também é algo como já aqui foi transmitido, seja nesta Assembleia, seja em Sessão de Câmara, que nos preocupa, e os serviços do ambiente têm acompanhado de forma muito criteriosa e exigente, até junto da Agência Portuguesa do Ambiente. Percebemos o que está a ser feito para mitigar e resolver alguns problemas relacionados até com os odores, se bem que, também importa ser claro e honesto, aquilo que tem sido a análise feita, leva a concluir que nem sempre os problemas dos odores proveem apenas da SOVENA. Mas existindo também da SOVENA, é algo que nós, de forma criteriosa e exigente, temos procurado agir e sobretudo junto da APA – Agência Portuguesa do Ambiente, até no âmbito da renovação da licença, tivemos ocasião de identificar. Mas, é algo que continuamos de forma proativa, a acompanhar.

Em relação às questões que o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco trouxe, dar nota quanto à questão do Jardim do Castelo, que eu estive, entretanto, a pedir mais informações. Aquilo que os serviços me transmitem, é que houve algumas questões relacionadas com alguma má utilização em horas impróprias no Jardim do Castelo e tem sido realmente feito um encerramento. Mas tem que ser ponderado e reponderado um horário exatamente para garantir que, sendo um Miradouro também



privilegiado da nossa Cidade, se possa reavaliar o horário de funcionamento, a manter-se essa opção. Dar-lhe nota também que em relação às árvores, nós sabemos que é um problema recorrente, com o qual somos confrontados pelos munícipes, em relação a algumas opções de espécies que foram plantadas por todo o nosso Concelho. Bem ou mal, não é essa a questão que agora está em avaliação, mas para prevenir e sobretudo planear para o futuro, está neste momento a ser preparado um documento, que para nós é essencial exatamente para projetar as opções estratégicas no futuro. E, contamos apresentar, no próximo ano, um documento orientador, estratégico, diretor, municipal para a arborização, exatamente para que se defina aquilo que no espaço público para o tipo de uso que lhe é dado, que faz sentido ou que faça sentido, exatamente para que, não deixemos de ter uma massa arbórea que permita evitar aqueles fenómenos de ilhas de calor, que estão a desequilibrar, do ponto de vista climático, o funcionamento dos nossos espaços urbanos, mas que não deixem de ser soluções racionais, equilibradas e com lógica e que convivam bem com a vizinhança, que, ao fim ao cabo têm. E, nesse sentido, está já a desenrolar-se o trabalho para no próximo ano esse documento estratégico ser apresentado.

Não gostaria de deixar passar a oportunidade também, de destacar algumas obras e projetos que foram realizados no tempo que estamos a analisar, e um deles que para nós desde o início foi considerado como de vital urgência que avançasse, por um conjunto de processos, nem o projetos estavam prontos, nem os terrenos estavam na posse na sua totalidade na Câmara Municipal, que é o Parque Urbano do Pragal, que esta semana foi decidido em Sessão de Câmara e, portanto, esperamos que até maio, junho do próximo ano, possamos ter a obra pronta, é esse o calendário de execução.

Dar nota que, neste momento já estão prontos os projetos de arquitetura e especialidade também no remate norte do Parque da Paz, que vai ser uma obra requalificadora, de uma das nossas entradas da cidade, mas também de acesso ao nosso pulmão, de criação de um espaço até para animais, mais adequado para aquilo que são as exigências dos utilizadores daquele espaço, e esperamos começar a obra já no próximo ano, apesar de também ali para nossa surpresa, haverem problemas de terrenos que ainda não estavam resolvidos; mas vamos resolvê-los rapidamente.

Dar nota também, que para nós e foi algo de essencial desde o início do mandato e tem sido uma preocupação transversal de todo o Executivo, que é dotar os nossos trabalhadores de melhores condições; e dar informação que, até ao fim do ano, iniciar-se-á a obra das instalações dos trabalhadores do viveiro do Alto do Índio, que incrivelmente, isto é uma nota pessoal, tinha e tem ainda telhados em fibrocimento, e que ainda este ano será concluído o projeto de requalificação das instalações do viveiro dos Capuchos, exatamente para completarmos aquilo que para nós é essencial, que é dotarmos os nossos trabalhadores das melhores condições de trabalho e naquilo que dependa da Câmara Municipal, tudo



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

aquilo que possa fazer para que o seu desempenho e o seu trabalho em prol do serviço público, seja o mais enriquecido possível.

Dar ainda nota que nós estamos, neste momento, com o Plano Plurianual de parques infantis fechado. A Câmara Municipal tinha e tem mais de cinco dezenas de parques infantis sob a sua responsabilidade direta. Nós entendemos que tínhamos que planificar uma intervenção estruturada, e dar nota que já este ano e até ao fim do ano, será concretizada a instalação do primeiro parque 100% inclusivo no Concelho de Almada, vai ser instalado no Parque Comandante Júlio Ferraz, em Almada, vai ser também instalado um novo parque infantil na Praceta Camilo Castelo Branco, aliás, a acompanhar uma instalação que foi objeto de reabilitação, que é o famoso parque infantil de sinais e de bicicletas, que está agora a ser utilizado e amanhã vai ter uma atividade para o fecho da Semana Europeia da Mobilidade, e vamos ter um novo parque no Jardim Urbano da Costa da Caparica. Sendo que para além disso, estamos neste momento já a iniciar um estudo prévio, que até foi objeto de uma moção na Assembleia de Freguesia da Caparica Trafaria, para a concretização de um novo parque urbano em Vila Nova da Caparica. Está neste momento a ser idealizado pelos serviços. Um primeiro estudo prévio, está a haver uma coordenação entre diferentes serviços para analisar qual vai ser a implantação no terreno e as suas soluções.

Dar também nota de que neste período foi realizada a Semana Verde, que na realidade não foi uma semana, foram três semanas, e sobretudo gostaria de destacar o Fórum 21 da Criança, que como é óbvio não é uma iniciativa nova, mas que este ano procuramos inovar de alguma maneira, regressando a uma política mais proactiva de tentar envolver, mesmo aquelas crianças que não estando no Fórum possam enviar contributos e apresentar sugestões, propostas, ideias, que possam motivar e estimular o trabalho feito pela autarquia.

Para finalizar, só dar nota que foi também apresentado o Laboratório Vivo para a descarbonização, que esperamos até ao fim do ano ter tudo contratualizado com o fundo ambiental, para iniciar o processo e calendário de execução, numa experiência que é inovadora e que vai procurar também incutir um novo modo de organização de espaço público, de gestão e de relação entre comerciantes, habitantes, visitantes, que com uma nova filosofia de organização, permita apresentar soluções num modo de vida que se pretende mais circular, mais apoiado em reutilizar e sobretudo com uma visão de desenvolvimento sustentado para o futuro.”

6.2.3.5 – O Senhor Vereador Miguel Salvado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tentando ser rápido, até porque não houve questões diretas às minhas áreas, mas gostaria de referir aqui duas ou três situações.



Como estamos aqui nesta zona, era importante falar sobre a preocupação que tem havido por parte dos SMAS e já devem ter reparado, em ter toda a Vala da Sobreda e valas adjacentes da Sobreda, Vale Figueira, etc. limpas. Tem havido algumas intervenções de grande complexidade em toda a rede das valas adjacentes, principalmente à Vala da Sobreda, mas também a outras como a da Quinta da Carcereira etc. Como no passado, há sempre uma preocupação de tentar limpar o suficiente, não limpando tudo, até porque como sabem, aqui quando chove, há problemas não só da velocidade que as próprias águas atingem, e depois até causam problemas mais em Corroios, mas tem havido um acompanhamento nesta altura do verão, destas situações, procurando acautelar depois outro tipo de complicações que possam haver no inverno.

Estamos aqui perto da Estrada Nacional 10. Como sabem a Estrada Nacional 10 tem problemas estruturais que têm que ser resolvidos. Nós estamos neste momento a estudar todo o sistema adutor, porque aqui o problema não é tanto o pavimento, mas o que está no subsolo. A estrada está em más condições é verdade, mas o subsolo tem uma infraestrutura que é fundamental para todo o abastecimento da Cidade de Almada. Nesta estrada passam adutoras importantes e que devido à idade que já têm e devido ao elevado número de ruturas que temos tido, carece de uma intervenção mais global, preocupada, e isso está a ser neste momento estudado. Até porque pela intervenção que terá de ser feita será sempre por fases, e isso é importante deixar aqui salientado, que nós estamos em cima do assunto, estamos preocupados. Aliás há pouco foi falado aqui da Escola Primária da Sobreda, junto ao nó do Texugo, e aí é um nó muito importante também para os SMAS, e que tem que ser bem trabalhado, porque o que está no subsolo é vital e é fundamental para todo o abastecimento da Cidade de Almada. Por isso, deixar também esta palavra, porque estamos a trabalhar nisso e vamos ter que começar a intervir, até pelo seguinte: como todos nós sabemos, em Almada, a rede já começa a ter uma certa idade, nos últimos anos houve uma preocupação de investir muito, e bem, na drenagem e no tratamento, mas temos que começar a trabalhar claramente na renovação da rede de abastecimento de água, todos nós sabemos, que a rede de abastecimento de água, nalgumas zonas já tem muitos anos. Deixar aqui uma palavra muito importante aos trabalhadores dos SMAS. O mês de julho e o mês de agosto, são meses críticos de consumo, é normal, as pessoas consomem muita água até pelas condições climatéricas, nós tivemos um pico num dia de consumo que foi record não só deste ano como do ano passado, naquele dia de muito calor que vocês bem se lembram. Conseguimos garantir sempre o abastecimento a toda a rede, não houve falhas, mas muitas vezes o que acontece é que há um aumento do número de roturas. E nós chegamos a ter quase 2,5 roturas por dia. E isto só é possível estes problemas serem corrigidos e haver uma intervenção muito rápida, graças aos funcionários do SMAS, principalmente às pessoas das redes, que têm aqui um trabalho notável em alturas complicadas, muitas vezes em circunstâncias muito difíceis, em locais até muito complicados, não só de tráfego como de circulação de pessoas, e acho que é muito



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

importante deixar esta palavra a todos eles, porque quando as pessoas não sentem, quando a água continua a chegar às torneiras, mesmo com roturas, é porque os serviços funcionam e funcionam bem, e é importante deixar essa palavra porque muitas vezes em período de descanso eles disponibilizam-se, vêm trabalhar e resolvem os problemas. E acho que é importante deixar esta palavra a todos.”

6.2.3.6 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu não respondi a uma questão colocada pelo Senhor Deputado Municipal José Rocha do Bloco de Esquerda e que quero absolutamente responder, que tem a ver com a arte mural e muito especificamente com o painel do Pragal da Escultora Pé Curto, que penso que também foi objeto de uma moção.

Esclarecer que quem está a liderar esta questão da arte pública, como sabem, é a Casa da Cerca, que já está a fazer um levantamento sério das necessidades. Relativamente a este painel, já foi feita uma avaliação e fomos confrontados com uns encargos de reabilitação que são à volta de cem vezes mais do que a própria obra. Mas, mais do que uma questão financeira, há também uma questão de capacidade de reabilitar, é uma obra muito frequente na arte contemporânea, feita com materiais que não são muito reabilitáveis, e que de alguma maneira a sua reabilitação implica quase uma refeitura. E, portanto, as indicações que a Casa da Cerca tem, aliás, foi a própria Casa da Cerca que também sugeriu, é contactar os autores e que a sua reabilitação passasse pelos próprios autores e pode passar por uma refeitura do painel, porque os montantes da sua reabilitação tal qual não é possível.

Relativamente aos outros, o que está em curso é uma avaliação e de alguma maneira uma primeira orçamentação de cada uma das reabilitações. O que para nós é importante, é que possamos fazer esse levantamento, uma planificação e com uma calendarização firme de cada uma das reabilitações e que assim que estiver concluída, obviamente lhe faremos chegar, porque sabemos que é de facto um tema que vos é muito caro.

Relativamente ao Mercado do Levante. Pedimos ajuda para fazer todo um levantamento e toda uma avaliação da viabilidade económica dos nossos mercados. Levantamento relativamente à sua reabilitação, mas também um estudo de viabilidade económica, também vai no mesmo sentido. Quase todos os nossos mercados precisam de reabilitação, mesmo aqueles que foram os mais recentes. Ainda recentemente estive no Mercado da Charneca de Caparica, e pude constatar a necessidade absoluta de também ter uma intervenção, e nalguns casos os nossos mercados precisam de um verdadeiro projeto. O Mercado do Levante está incluído, assim como o Mercado Abastecedor, que também ele está em condições muito complicadas e que deixam muito a desejar. Eu não tenho nenhum gosto em dizer isso. Ainda ontem o



Senhor Deputado Municipal João Geraldês, dizia que eu pintava quadros catastrofistas, Senhor Deputado Municipal João Geraldês, eu adorava não o fazer, mas somos confrontados com isso.

Relativamente à Cooperativa Piedense. Estamos em conversações com o Ministério da Justiça, eu espero que em breve possamos ter lá um belo e muito útil projeto, a nossa proposta e a do Ministério da Justiça, é que possa ali abrir o Tribunal do Trabalho de Almada, que volte a estar em Almada aquele espaço, a sua reabilitação.

Relativamente à EDP. Foi também pedido um estudo aos serviços, para fazerem um plano e perspetivar a instalação de serviços da Câmara Municipal naquele edifício. Aquele edifício, é um edifício arquitetonicamente muito bonito, do Keil Amaral, que deve ser preservado, que deve continuar na esfera pública e que deve poder ser ocupado pelo Município. Portanto, o que está a ser feito, é a ser lançado um projeto, para ver e estudar, a possibilidade de instalação de serviços municipais ali e de alguma maneira com isso também dar melhores condições de trabalho aos nossos trabalhadores, que em muitos casos trabalham em edifícios sem condições nenhuma, combater a atomização dos serviços que estão espalhados por pequenas instalações, e o que nós gostaríamos é de usar aquela loja da EDP para uma loja do cidadão.”

6.2.3.7 – O Senhor Vereador João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito rapidamente, sobre o ponto de vista daquilo que foi a política desportiva municipal para este período. Queria dar nota que temos aqui um conjunto de iniciativas novas que são iniciativas de grande espetacularidade, e temos também o esforço de lançar um conjunto de atividades que permitam um desporto sustentado no Concelho e de regularidade. Tivemos um Mundialito, tivemos a maior aula de surf do mundo, com a vitória da seleção portuguesa e também com a oportunidade de se bater o record do mundo. Eu queria convidar todos, porque amanhã se realiza em Almada a 1ª Taça de Portugal de Skate, no Skate Parque, e é uma iniciativa nova, que tira partido de uma estrutura que o Município tem e que honra o território de Almada, porque é a primeira vez que acontece e vai ser no nosso Concelho. Amanhã no Skate Parque, decorre durante todo o dia, começa de manhã com um workshop para quem quer aprender, os Senhores/as Deputados/as Municipais, se quiserem aprender a andar de skate estão convidados, também as pessoas que estão em casa, mas depois com a competição entre atletas de exceção.”

6.2.3.8 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Em primeiro lugar agradecer o esforço que a Senhora Presidente de Câmara fez, no sentido de responder às questões que a CDU aqui suscitou, ainda que manifestamente sem tempo, mas agradecer esse esforço. E deixar aqui algumas notas, a primeira das quais se prende com o interesse com que acompanhamos uma declaração que a Senhora Presidente de Câmara aqui fez, de que não houve redução de apoios ao Movimento Associativo Popular. Interessante porquê? Porque, ouvimos várias vezes e está registado publicamente, declarações da Senhora Presidente de Câmara, no sentido de que, a sua prática, seria à partida, a redução entre 10 e 15% destes montantes. Ainda na reunião de Câmara passada, houve duas situações destas, em que a CDU, através do Senhor Vereador António Matos, suscitou esta questão, e foram efetivamente cortados os apoios, até mais do que esta percentagem que eu referi.

Mas eu quero aqui sublinhar, que esta informação que aqui trouxemos e a preocupação que aqui trouxemos, foi transmitida em reunião da 2ª Comissão Permanente, desta Assembleia Municipal, pela Associação de Coletividades do Concelho de Almada. Esta foi a preocupação transmitida pela Associação, em sede de Comissão Permanente desta Assembleia Municipal.

A segunda nota que gostaríamos aqui de deixar, é de lamentar, que a Senhora Presidente de Câmara, não tenha tempo para falar, em detalhe, de matérias tão importantes como o MST – Metro Sul do Tejo. Lamentamos que não tenha tempo para falar em detalhe. Mas, nós encontraremos uma forma para que a Senhora Presidente de Câmara fale em detalhe sobre estas questões. A mesma questão relativamente ao PDM – Plano Diretor Municipal. Eu é que não sei o que diga, porque nós não temos que fazer perguntas, a Senhora Presidente de Câmara, tem que dar informação. E o que é um facto, é que a Senhora Presidente de Câmara não dá informação detalhada sobre a questão do PDM – Plano Diretor Municipal.

Mais, a atividade municipal, o debate sobre aquilo que a Câmara Municipal vai fazendo ou vai deixando de fazer, faz-se neste Plenário. Faz-se onde estão os 38 (trinta e oito) Eleitos do Município. Faz-se perante todos os Eleitos de todas as Forças Políticas. Não se faz numa Comissão que tem dez ou onze Representantes das Forças Políticas. Portanto, o facto de não se ter feito perguntas, numa reunião de Comissão Permanente, não significa que não se façam perguntas no Plenário, porque é no Plenário que se fazem perguntas.

Finalmente, relativamente à REN – Rede Elétrica Nacional, e à questão da Linha de Muito Alta Tensão. Todos nós estamos de acordo, não há ninguém que não esteja de acordo, que a questão tem que ser consensualizada. Aliás, o processo que foi conduzido no mandato anterior sobre esta matéria, foi exatamente porque a questão tinha que ser consensualizada, foi exatamente de rejeição de uma tentativa de imposição de uma solução que a REN – Rede Elétrica Nacional, queria inicialmente. E foi a procura de um consenso relativamente a essa solução que, levou a todo o processo que foi desenvolvido. Agora, eu estranho, que a Senhora Presidente de Câmara, continue a insistir que não é preciso debater esta questão



antes de haver acordos estabelecidos. Porque não é essa a posição que o seu Partido, eu não sei se a Senhora Presidente é militante do Partido Socialista, mas foi eleita pelo Partido Socialista, que o seu Partido assumiu na Assembleia de Freguesia da Charneca de Caparica Sobreda, ainda esta semana. Em que fez apresentar um documento, que eu tenho aqui, em que o Partido Socialista, reitera a absoluta necessidade de haver um esclarecimento público prévio relativamente a esta questão. A questão que nós aqui colocamos, é de que esse esclarecimento prévio deve ser realizado, antes de serem obtidos os acordos entre as entidades que estão envolvidas nesta matéria. A isso a Senhora Presidente de Câmara não respondeu, a isso a Senhora Presidente não respondeu hoje, como não respondeu no passado. E é esta a questão que nós colocamos.

Já agora, só para terminar, reitero aqui o que já disse há pouco, é que, continuamos à espera que a Senhora Presidente de Câmara responda ao Requerimento que a CDU entregou em 10 de julho deste ano, sobre esta matéria.”

6.2.3.9 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, muito telegraficamente, até porque o tempo é escasso, mas há aqui uma nota que eu tenho de referir e que o Partido Socialista tem de referir. Há de facto, várias formas de estar nesta Assembleia Municipal. E há a forma que este Executivo tem aceiteado, que é, apresentar escrupulosamente e de forma clara, aquilo que foi a sua atividade municipal, e há a forma antiga que a CDU apresentava, que era dizer: “Senhores/as Deputados/as Municipais, está à vossa consideração.” E depois claro que tinham tempo para as respostas. E muitas das vezes nem sequer respondiam. E, portanto, efetivamente, como o Senhor Deputado Municipal João Geraldês refere, há muitos fóruns e muitas formas de poder obter respostas da Câmara Municipal, existem de facto, requerimentos, mas as Comissões Permanentes da Assembleia Municipal, não são de menosprezar. Porque os tempos que estão estabelecidos no Regimento desta Assembleia Municipal, um Regimento que foi preparado por todos, consensualizado por todos e votado por unanimidade. E, portanto, isso tem que ser respeitado. Portanto, há várias formas, se este Executivo entende, que o maior respeito pelos Senhores/as Deputados/as Municipais, é fazer uma apresentação correta e clara, daquilo que foi a sua atividade, é uma opção da nossa parte correta, porque muitas das vezes também criticamos a forma um pouco desprezível com que o anterior e anteriores Executivos, simplesmente punham à consideração os documentos que foram entregues e nada mais diziam.”

6.2.3.10 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Muito brevemente. Senhor Deputado Municipal João Galdes, sejamos claros. Na reunião da Comissão Permanente, eu não tinha limitações de tempo. Portanto, qualquer esclarecimento adicional que os Senhores/as Deputados/as Municipais quisessem, eu teria tido tempo para responder. E nada o impedia, depois, trazer a matéria aqui para a Assembleia Municipal. Nada o impedia de voltar a abordar o tema. Agora, foi perguntado várias vezes, pela Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque, que coordena a Comissão Permanente, se alguns dos Senhores/as Deputados/as Municipais tinham dúvidas sobre as questões. Nada. Mas, Senhor Deputado Municipal João Galdes, se ainda hoje tiver uma pergunta concreta, se quiser saber alguma coisa em concreto sobre o PDM – Plano Diretor Municipal, eu tenho todo o gosto em responder. Agora, o Senhor Deputado Municipal não me fez nenhuma pergunta. O que diz é: “A Senhora Presidente não presta declarações”. Mas quer mais declarações sobre o quê? Façamos uma Sessão Extraordinária sobre o PDM – Plano Diretor Municipal, estou totalmente disponível. Relativamente à REN – Rede Elétrica Nacional. Senhor Deputado Municipal João Galdes, para fazermos uma Sessão Pública, para pormos a debate junto das populações, é preciso saber o que é que se vai fazer. Ou não? Faz-se uma Sessão Pública sem ter nada? Mas isso os Senhores já fizeram. E, portanto, até é útil o trabalho que fizeram. Portanto, nós não partimos do zero, embora de facto, os Senhores o que fizeram foi contestar a REN – Rede Elétrica Nacional, e criar uma situação de impasse que não se resolve. A nossa intenção é resolver. E, portanto, não vejo qual é a contradição entre aquilo que foi aprovado na Charneca de Caparica, e posso-lhe garantir, a questão será debatida. Agora, eu tenho que ter algo para ir mostrar às populações, ou quer discutir só no vazio? Não é a nossa maneira de funcionar. Eu sei que os Senhores gostam muito da política proclamatória, eu gosto do pragmatismo Senhor Deputado Municipal.”

6.2.3.11 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes de concluirmos este último ponto da agenda, talvez recordar aos Senhores/as Deputados/as Municipais e também Câmara Municipal, que o Regimento da Assembleia Municipal, contempla soluções para o debate temático que se achar conveniente e útil. E, portanto, é uma questão de estudarmos essas possibilidades e de implementarmos em função do interesse municipal envolvido.

Aproveitava para agradecer a Associação Cultural Desportiva da Quinta do Bau Bau, a cedência da sala para a realização desta nossa Sessão Ordinária.”

7 – Sendo próximo das 00 horas e 15 minutos, e concluída a agenda, deu-se por encerrada a 2ª reunião da Sessão Ordinária de abril.

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal, e dos/as Senhores/as



Vereadores/as João Couvaneiro, Francisca Parreira, Teodolinda Silveira, Nuno Matias, Miguel Salvado, Joaquim Judas, José Gonçalves, Rui Jorge Martins e Luís Filipe Pereira.

10 - Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas Senhor Miguel Ribeiro e Sandra Guerreiro do Boletim Municipal DIRP – CMA, dos operadores de câmara da Ricochete Filmes e de cerca de 32 Senhores Múncipes.

11 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____ *J. J. C.*

O 1º SECRETÁRIO _____ *Paulo Viegas*

A 2ª SECRETÁRIA _____ *Ana Paula Silva*

